

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2005.** -----
----- **ACTA NÚMERO DOIS**-----

----- No dia 22 de Novembro de 2005, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Isabel Drago Lobato, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Alfredo Delgado da Silva Preto, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Armando Luís Coelho da Silva, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Alberto Oliveira Andrade de Noronha Rodrigues, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel de Melo Barroso, Carlos Manuel Marques da Silva, David Alexandre Ribeiro Valente, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braancamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Joaquim Vieira Pires, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Jorge Teixeira Mendes Silva, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende

Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui José Silva Marques, Rui Manuel Pessanha da Silva, Silvia Cristóvão Claro, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- José Maria Ribeiro Rodrigues e Luís Baltazar Brito da Silva Correia. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Pedro Sampaio Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Carlos Alberto Oliveira Andrade de Noronha Rodrigues. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Carlos Manuel de Melo Barroso. -----

----- Foi justificada a falta e admitida a substituição do seguinte Deputado Municipal, Presidente de Junta de Freguesia: -----

----- Rosa do Egipto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Teixeira Mendes Silva. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, saudando, de seguida, todos os Deputados Municipais, pedindo também a sua ajuda na condução dos trabalhos da Assembleia, que sabia que não seria negada, e desejou a todos um bom mandato de acordo com as expectativas de cada um. -----

----- Cumprimentou o Sr. Presidente da Câmara, cuja presença agradecia e tinha a certeza que tudo faria para que a cooperação entre a Câmara e a Assembleia optimizasse o funcionamento dos dois órgãos. Cumprimentou, também, os Srs. Vereadores na certeza de que teriam Vereadores da maioria e Vereadores das várias oposições de quem teriam toda a colaboração, e cumprimentou, ainda, os funcionários a quem agradeceu o esforço na preparação desta primeira reunião, acrescentando que esperava que a colaboração que agora se iniciava fosse plena de sucessos e realizações profissionais. -----

----- Por fim, dirigiu uma palavra de saudação à autora da brochura sobre a história e a memória do Fórum Lisboa, Dra. Isabel Advirta, a quem agradeceu o trabalho e o esforço feito. -----

----- Depois deu posse aos seguintes Deputados Municipais, que, por motivos justificados, não tomaram posse na Sessão de Instalação, realizada no dia 28 de Outubro de 2005, nos Paços do Concelho: -----

----- Ana Isabel Drago Lobato, do BE; João Pedro Saldanha Serra, do PSD; Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, do PSD; José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, do PS; Filipe António Osório de Almeida Pontes, do PSD; e Maria Irene dos Santos Lopes, do PS. -----

----- Ainda antes de abrir o período de intervenção do público, por consenso de todas as forças políticas na Conferência de Representantes, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória do 1º Sargento João Paulo Roma Pereira, recentemente falecido. -----

----- Findo o minuto de silêncio, a **Senhora Presidente** declarou aberto o período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Sra. D. Maria Madalena Gonçalves Andrade**, moradora na Rua Luciano Cordeiro, 47 – 2º, 1150-212 Lisboa, disse que era a primeira vez que vinha expor à Assembleia Municipal a questão relacionada com o prédio onde habita, o n.º 47 da Rua Luciano Cordeiro, e fazia-o porque os inquilinos não queriam fazer obras na cobertura, o 4º andar estava já todo devastado e só graças à intervenção da Protecção Civil se conseguira melhorar um pouco. Mas agora os papeis que lhe foram prometidos e que eram necessários, estavam paralisados nos serviços da Câmara da Rua dos Machadinhos, onde lhe dito, pelos técnicos, que iam mandar cartas a todos os condóminos, que são cinco, para se fazer as obras que eram necessárias. -----

----- Disse, ainda, que o processo estava agora na posse do Sr. Eng.º Jorge Bugarim, na Rua dos Machadinhos, a degradação começava no 4º andar mas já chegara ao 2º, e, por isso, pedia o apoio da Sra. Presidente da Assembleia e do Sr. Presidente da Câmara no sentido de que as cartas que foram prometidas fossem enviadas, porque era triste andar a trabalhar para pagar as contribuições quando os andares já não podiam ser alugados. -----

----- (Entregou, na Mesa, documentação relativa ao assunto exposto) -----

----- **A Sra. D. Maria Filomena Rodrigues**, moradora na Rua João Menezes, 6 – r/chão dtº, 1900-267 Lisboa, disse que era a segunda vez que intervinha na Assembleia Municipal pedindo uma informação sobre o seu processo – n.º 4.539/01-DCEOD – e agora recebera uma resposta dizendo-lhe que ele estava parado nos serviços da Rua dos Machadinhos porque foi pedida uma informação aos serviços do Edifício Central do Campo Grande e essa informação não chegara, até ao momento, à Rua dos Machadinhos. E isso era tão mais grave quando a questão era apenas saber se as habitações do logradouro eram legais ou não. -----

----- De facto, estavam no processo todos os documentos, inclusive contratos de arrendamento, papeis das Finanças e da Conservatória do Registo Predial, e, por isso, não sabia qual era a dúvida. Mas era efectivamente grave que levasse um ano a dar uma resposta dessas, quando a sua casa estava em ruína. -----

----- Recordou que após a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal assistiu a várias reuniões e viu, inclusivamente, a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão apresentar em *power point* a posse administrativa de edifícios que tinham senhorio e que estavam em muito melhores condições que o seu, que não tinha senhorio e que, portanto, era muito mais lógico a Câmara fazer a posse administrativa, embora soubesse que a questão era complicada porque o prédio não tinha senhorio legal. -----

----- Disse, ainda, que a razão disso não sabia, mas sabia que o seu processo estava parado à espera de uma informação sobre um logradouro, que não era o seu caso porque o seu marido morava no rés-do-chão direito há 47 anos, e ela desde que se casou, e a situação era ainda mais grave porque o seu marido foi trabalhar, com 14 anos de idade, para um despachante para ajudar a pagar a renda, hoje a renda era baixa, isso era verdade, só que ele ao fim de 21 anos ficara sem profissão devido a uma decisão política e até hoje não recebera indemnização, porque se tivesse recebido essa indemnização que o Estado deveria ter pago, ela não estaria agora ali. -----

----- (Ficou de enviar fotografias do prédio que, segundo disse, foram tiradas pela Câmara) -----

----- **O Sr. Humberto Norton da Costa**, morador na Av. João Paulo II, Edifício Central da Cotovia, 3º 2970 Sesimbra, falando em nome da Associação AMA-Lisboa, disse que na sua qualidade de director em exercício de uma ONG da Cidade de Lisboa e da sua Área Metropolitana, ia começar por apresentar as suas felicitações à nova Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, até porque, como era sabido, teve algumas dificuldades de comunicação com o anterior Presidente, Dr. Modesto Navarro, que lhe impedira o acesso à Assembleia e também na última reunião ... -----

----- **A Senhora Presidente**, interrompendo o munícipe, pediu-lhe que evitasse qualquer referência menos urbana a qualquer antecedente que se tivesse verificado na Assembleia Municipal. -----

----- **O Sr. Humberto Norton da Costa**, prosseguindo a sua intervenção, apresentou as suas felicitações ao Sr. Presidente da Câmara, porque na qualidade de engenheiro, que também tinha, com certeza se iria opor, como já disse na imprensa, à construção do novo aeroporto da Ota. Aliás, essa matéria estava a ser debatida na Gare Marítima de Alcântara, e, de facto, esse novo aeroporto era altamente lesivo dos interesses de Lisboa, do próprio aeroporto do Porto e também do tesouro nacional. -----

----- Depois, porque estava recenseado na Freguesia de Benfica, apresentara também as suas felicitações ao actual Presidente da Junta, Sr. Domingos Pires, a quem desejara boa sorte na sua espinhosa tarefa uma vez que, tanto quanto sabia, vinha tendo algumas dificuldades em instalar os novos vogais da Junta por manifesto bloqueio liderado pelo Sr. Fernando Saraiva, anterior Presidente da Junta. -----

----- Seguidamente apresentou ao Executivo municipal algumas preocupações que, segundo disse, lhe iam chegando, nomeadamente quanto a algumas coisas que o Sr. Presidente da Câmara inaugurara mas que ainda não estavam em uso, como seja uma das vias do túnel da Av. Infante D. Henrique, a Quinta dos Lilases que também estava por acabar nalguns sítios, e, ainda, uma certa preocupação com as piscinas porque

algumas, como a do Rego por exemplo, ainda estava muito atrasada e outras foram inauguradas mas não estavam a funcionar. -----

----- Pediu que o Executivo o informasse, agora ou quando pudesse, qual a situação que esperava o Cinema Europa, em Campo de Ourique, assim como o Cinema Paris, e, também, qual a localização da nova Feira Popular e o destino a dar à Casa Almeida Garrett. -----

----- Terminou dizendo que há um parque de estacionamento, da EMEL, junto da estação do Metro de Entrecampos, que talvez por antes ter sido jardim ainda lá tinha os repuxos que, portanto, regavam o parque de estacionamento. -----

----- **O Sr. António José Neto**, morador na Rua Damião de Góis, 38 – 7º D, 2700 Alfragide, falando na qualidade de representante do Sindicato dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços, disse que os trabalhadores do Parque das Nações já por várias vezes vieram à Assembleia Municipal manifestar a sua preocupação em relação aos seus postos de trabalho, mas na passada semana os trabalhadores foram confrontados pela empresa no sentido de procederem a um despedimento colectivo, e são 31 trabalhadores que estão nessa situação. -----

----- Disse que a Câmara Municipal de Lisboa, através do seu Presidente, Sr. Prof. Carmona Rodrigues, declarara, por várias vezes, que esses trabalhadores não seriam prejudicados aquando da transferência da gestão urbana da Parque Expo para a Câmara, e encarava a sua integração no respectivo quadro de pessoal. Era um facto que a gestão urbana da Parque Expo ia passar para a Câmara Municipal de Lisboa, e então perguntava qual a responsabilidade da Câmara perante os trabalhadores. -----

----- A rematar disse: “apelo a Vs. Exas. no sentido de assumirem as vossas responsabilidades”. -----

----- **O Sr. Carlos da Conceição Pacheco Gonçalves**, morador na Rua da Portela, n.º 52 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “Carlos da Conceição Pacheco Gonçalves, morador na rua da Portela, 52 Bairro da Encarnação em Lisboa, casado, portador do Bilhete de Identidade n.º 4746041 com data de emissão de 22 de Abril de 1998, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, estou aqui na qualidade de cidadão de pleno direito deste País, e em particular como munícipe da cidade onde nasci e habito há 51 anos e também em representação de um grupo de moradores do Bairro da Encarnação. É pois com grande tristeza que sou levado a interpelar directamente vossa Excelência para lhe poder colocar as seguintes questões: -----

----- 1 - Gostaria de saber se tem conhecimento de uma obra de construção de um prédio destinado a um serviço no Bairro da Encarnação, obra essa executada no tempo record de 5 meses, quando a sua execução estava prevista para 14 meses. -----

----- 2 - Gostaria também de saber se tem conhecimento de um abaixo assinado enviado pelos moradores e pela Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais para este Município em 18-08-2004, onde os moradores pediam a suspensão da obra n.º 2072 com o alvará de construção n.º 168/C/2004, por já desconfiarem de ser esta ilegal, por não obedecer aos princípios construtivos para a zona, mas se nessa altura desconfiávamos, hoje temos a certeza! -----

----- Pois nem o encobrimento de alguns elementos constantes no processo de licenciamento nem as respostas dadas pelos serviços da Câmara, quando solicitados a pronunciar-se sobre o assunto nos convenceram que esta obra está de acordo com o Plano Director Municipal para a zona (P.D.M.). -----

----- 3 - Saliento também que a Quercus em tempo oportuno fez chegar à Câmara Municipal de Lisboa um parecer Jurídico referente às inconformidades com o P.D.M., e que até hoje ao que julgo saber não obteve resposta ao mesmo. -----

----- 4 - Na reunião que teve lugar na Câmara Municipal de Lisboa no Campo Grande, 25 no dia 23 de Novembro de 2004, (depois de 2 meses de espera) com a Sra. Arquitecta Margarida SAVEDRA, e o Sr. Arquitecto Pedro Simões, vinte moradores do Bairro da Encarnação e o representante da Quercus, na pessoa do Sr. Eng. Carlos Moura, foi-nos dito pela Sra. Arquitecta Margarida SAVEDRA que iria ser feita uma reapreciação pelos serviços, sobre os aspectos que nós considerávamos negativos. Porém nada disso foi feito antes pelo contrário, a obra de construção ganhou uma dinâmica nunca vista, e que culminou com a sua conclusão, numa estranha convivência entre a Câmara e a Construtora, apostando na política do facto consumado, não respeitando as horas de descanso dos moradores, que habitam nas imediações da obra, prolongando-se os trabalhos consecutivamente até às nove, dez e onze da noite e o mesmo acontecendo aos sábados, sem que para isso existisse a respectiva licença para laborar a tais horas, havendo, um total alheamento por parte da Polícia Municipal, pois foi requerida várias vezes a sua presença e nada foi feito para parar a mencionada obra, sendo por nós confirmado após várias tentativas, que só lhes fora concedida licença para laborar durante 4 sábados. -----

----- 5 - Conscientes de que as ilegalidades persistem, mesmo com a obra concluída, têm os moradores do Bairro da Encarnação uma acção popular a decorrer no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, para que seja cumprido o Plano Director Municipal (P. D.M.). -----

----- 6 - Certo que a Senhora Presidente é uma pessoa consciente e interessada em ajudar a resolver este problema que preocupa primordialmente todos os moradores do bairro da Encarnação, mas também a todos moradores desta nossa cidade, pois trata-se de um incumprimento em relação à legislação em vigor em matéria de construção. ----

----- Gostaria também que analisasse as fotografias que junto em anexo. Se esta habitação é idêntica às demais habitações do Bairro da Encarnação, como é referido nos documentos que lhe vou igualmente entregar, enviados pelos respectivos serviços camarários. -----

----- 7 - É também com estranheza que constatamos, ser pretensão da AIEPS- Associação para Integração e Estudo Psico Social, alojar pessoas para integração social, numa casa que por si só é factor de discriminação de quem nela habita, uma vez, que é muito diferente do ponto de vista arquitectónico de todas as outras construções em seu redor. -----

----- 8 - Certos de que este assunto vai merecer por parte de Vossa Ex.ª a maior atenção e interesse, e irá empenhar-se pessoalmente na resolução deste diferendo, em

que estamos convictos que a razão nos assiste apresentamos desde já os nossos agradecimentos.” -----

----- (Entregou a Mesa documentação relativa à matéria exposta) -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Mesa, obviamente, não estava ao corrente das questões que foram colocadas, mas iria inteirar-se delas e posteriormente daria uma resposta. -----

----- **O Sr. David Manuel de Jesus Marques**, morador na Rua Manuel Teixeira Gomes, lote 66 – 4–I, 1900-725 Lisboa, falando em nome da Comissão de Moradores do Bairro das Amendoeiras, leu a seguinte carta: -----

----- “A nova Assembleia Municipal tem o honroso dever por herança, de devolver dignidade à sua existência e às suas funções, corrigindo o triste comportamento dos membros da anterior, que se tinham apresentado como defensores dos munícipes, mas tal como se constata, na Acta nº51 de 2004, colaborando no furto a milhares de famílias em 30 anos de prestações e atirando-as para uma situação de insegurança e sobressalto para o resto das vidas, oferecendo as casas a quem nunca gastou um único centavo com elas, e está bem longe de ter perfil para as gerir. -----

----- Casas que já estão pagas e que têm sido conservadas pelos moradores, vão passar ao regime de “renda apoiada”, numa manobra em que os moradores vão servir de isco para lesar também o Estado. -----

----- Excelentíssimos senhores representantes dos munícipes, qualquer que seja o quadrante partidário onde se integrem, é um facto que Portugal e a República exigem que as casas sejam entregues a quem as pagou.” -----

----- Finda a leitura da carta, disse que se estava a referir à Fundação D. Pedro IV, a quem o Estado entregara de mão beijada as casas. Sabiam que houve mais quatro ou cinco entidades que concorreram para ficarem com elas, umas das quais a Voz do Operário que, sem que se percebesse porquê, ficara de fora. Era natural que houvesse aí compadrios, mas não desejava entrar por aí. Apenas queria a participação na Assembleia Municipal na resolução deste assunto, até porque a Fundação D. Pedro IV tinha para com os moradores a promessa de que em 2006 seria já a renda apoiada. -----

----- (Entregou na Mesa documentação referente à matéria exposta) -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Mesa se ia inteirar da situação e depois daria notícias daquilo que apurar. -----

----- **O Sr. Duarte Mata**, morador na Rua Publia Hortência de Castro, 1 – 6º C, 1500-518 Lisboa, depois de cumprimentar a Assembleia e a Câmara, disse que ia apresentar dois assuntos que na sua essência tinham a ver com a defesa do espaço público. -----

----- O primeiro desses assuntos referia-se ao Plano Verde de Lisboa, em relação ao qual desejava que a Câmara informasse para quando a sua aplicação, porque esse plano estava no PDM desde 1994 e a sua não aplicação constituía uma ilegalidade. Portanto, desejava saber se a Câmara Municipal de Lisboa tinha por objectivo ir preenchendo os espaços da cidade com edifícios e estradas, ou se, pelo contrário, tinha intenção de zelar pelo espaço público procedendo à implementação desse plano. Não se tratava da construção de jardins, mas sim de uma estrutura que defendesse contra cheias, que captasse carbono, tão importante agora com a questão do Protocolo de

Quioto, que permitisse circular a pé e de bicicleta, no fundo que permitisse o usufruto do espaço público. Em pleno século XXI a capital do País não podia continuar a não aplicar o Plano Verde de Gonçalo Ribeiro Teles. -----

----- O segundo assunto tinha a ver com a Feira da Luz, feira de todos conhecida e com a qual a Câmara muito lucrava já que vendia a bom preço os seus espaços, num espaço público que era o único da Freguesia de Carnide que há muito deixara de ser uma freguesia suburbana e rural passando a ser uma freguesia totalmente urbana. Tem o maior centro comercial da Europa, viu crescer o seu número de habitantes para dez vezes mais nos últimos anos, continua com um jardim do século XIX com o tamanho do Jardim do Príncipe Real ou da Praça do Rossio, mas esse jardim era utilizado para a realização dessa feira durante 30 dias ficando a freguesia privada do seu espaço público. -----

----- Disse que mora em Carnide desde que nasceu, há 29 anos, sabe que há um grande movimento de contestação com o qual iriam trabalhar nos próximos tempos para começar a inverter a situação, porque essa feira não podia demorar 30 dias, não podia ser constituída por barracas de lona, não podia ter oito barracas de faturas seguidas, não podia deixar de vender aquilo que era tradicional para vender plásticos e CDs e tudo o mais que a desvirtuava. -----

----- Portanto, em nome individual antes de qualquer movimento de cidadãos, entendera vir à Assembleia Municipal alertar para esta questão, porque, se calhar nem todos sabiam, tratava-se de uma feira que durava 30 dias em plena cidade. Para se compreender isso, bastava imaginar o Rossio ou o Jardim do Príncipe Real 30 dias com uma feira. -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, terminado o período de intervenção do público, depois de agradecer as intervenções de todos os munícipes declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Foram previamente apresentadas e estavam já distribuídas as seguintes moções: -

MOCÃO NÚMERO UM -----

Orçamento de Estado para 2006 -----

----- Em defesa de autonomia local e dos interesses e aspirações das populações -----

----- “Considerando que a proposta de Orçamento de Estado para 2006 aprofunda gravemente a política de estrangulamento financeiro do Poder local a pretexto do Pacto de Estabilidade e constitui um atentado ao Poder Local democrático; -----

----- Considerando que o Governo pura e simplesmente não cumpre a Lei das Finanças Locais mantendo os fundos Municipais e das Freguesias ao nível de 2005 e prevendo um saco azul de €200.000.000 para distribuir discricionariamente; -----

----- Considerando que a tendência do Governo para transformar as Autarquias em serviços autónomos sob sua direcção também se releva nesta proposta de Orçamento de Estado através de normas de tutela sobre as Autarquias Locais que constituem grave atentado à autonomia do Poder Local e, logo, à Constituição da República Portuguesa,, designadamente a suspensão de destacamentos, requisições e transferências de pessoal e a previsão de aumento zero nas despesas de pessoal o que,

ligado ao aumento dos salários e dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações levariam, a serem cumpridos, ao despedimento de pessoal e à integração em quadro de excedentes que voltam a criar; -----

----- Considerando que não são propostas medidas que estabeleçam a preferência em favor das autarquias nos processos de venda do património público imobiliário; -----

----- Considerando que se mantém o cenário de degradação do poder de compra e demais condições de trabalho dos trabalhadores da função pública, em que se incluem os trabalhadores das autarquias, factor principal de desmotivação, fuga de recursos qualificados e dificuldade no seu recrutamento; -----

----- Considerando que prossegue a retracção do investimento do Estado, particularmente em infra-estruturas e equipamentos sociais, de saúde e ensino e, em geral, mantém-se e agrava-se o cenário negro para a economia e os portugueses em geral, com reflexos brutais nas populações cujos interesses nos cabe defender, no tecido social e na actividade económica local; -----

----- Os deputados municipais do Partido Comunista Português (PCP) propõem à Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 22 de Novembro de 2005 que delibere: ----

----- 1. - Exigir o integral cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os Municípios e Freguesias; -----

----- 2. - Proclamar o seu firme propósito de defender a autonomia do Poder Local consagrada na Constituição Portuguesa, reclamando das Associações Nacionais dos Municípios e das Freguesias posições ainda mais firmes, e combativas contra as propostas do Orçamento de Estado para 2006 susceptíveis de a enfraquecer; -----

----- 3. - Protestar contra o novo patamar de degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das Autarquias imposto por este Orçamento, solidarizando-se com a sua luta; -----

----- 4. - Reclamar a retoma do investimento público, em especial na saúde, acção social e educação a um nível que responda efectivamente às necessidades da economia local e às carências da população; -----

----- 5. - Remeter a presente moção aos órgãos de soberania, à ANMP e à ANAFRE e publicá-la em dois órgãos de comunicação Social.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, em nome do Grupo Municipal do PCP). -----

MOÇÃO NÚMERO DOIS

----- “Nas últimas décadas, a cidade de Lisboa tem vindo a perder milhares de habitantes, sobretudo jovens das camadas populares e médias, atirados para a periferia, conduzindo a uma situação de não renovação de gente, de identidade e de vida própria. -----

----- Embora a construção da habitação social e a realização de alguns programas habitacionais para os mais jovens tenha contrariado a errada política de solos, a especulação e reserva de locais de habitação para classes mais favorecidas, tal não foi suficiente para a necessária renovação. -----

----- A desertificação é, hoje, um problema real, a que também não é alheio o facto de os sectores produtivos na cidade terem sido destruídos,, com o desaparecimento de inúmeros postos de trabalho, com particular incidência nos bairros e freguesias historicamente operários. -----

----- Fruto de políticas económicas liberais e agressivas e de um errado planeamento, Lisboa apresenta graves problemas sociais como a exclusão social, a desertificação, fenómenos de solidão e isolamento nos mais idosos, guetos, toxicodependência e insegurança. Os baixos salários, o agravamento do desemprego e da precariedade no trabalho, nomeadamente na população imigrante, a ausência de práticas culturais conduzem a situações graves e preocupantes que é necessário e urgente combater e inverter. -----

----- É necessário e urgente para a cidade uma política de inclusão, de combate à guetização, do fim dos bairros sem condições, dos realojamentos desgarrados, em suma uma política que humanize a cidade. -----

----- Neste contexto, importa estudar e analisar a situação dos Bairros Sociais de Lisboa, alguns bastante degradados sob o ponto de vista do edificado, mas sobretudo pela falta de serviços públicos e de equipamentos sociais (ou do seu não aproveitamento), gerando situações potenciadoras de tensões sociais. -----

----- Face a esta situação, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 22/11/05, delibere: -----

----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa uma maior e efectiva intervenção nos Bairros Sociais, com vista à recuperação dos edifícios degradados. -----

----- 2. O desenvolvimento dos programas municipais de prevenção das situações de risco, acompanhados por uma intervenção social, nomeadamente na área do desporto e da cultura. -----

----- 3. Uma política de inclusão para a cidade, com a criação de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento local e comunitário.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Ana Páscoa, em nome do Grupo Municipal do PCP). -----

MOCÃO NÚMERO TRÊS

Recomendação

----- “1. Considerando a carta de intenção de despedimento colectivo recebida por 31 trabalhadores da Parque Expo, SA; -----

----- 2. Considerando que a justificação apresentada pela Parque Expo, SA se prende com a extinção da parte de trabalho relacionada com a gestão urbana dos espaços públicos do Parque das Nações, função até agora desempenhada pelos trabalhadores acima mencionados; -----

----- 3. Considerando que a referida extinção dos postos de trabalho decorre do acordo estabelecido entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Parque Expo, SA, acordo esse que implicou a transferência, para a Edilidade de diversas funções até então garantidas pelos serviços da Parque Expo, SA; -----

----- 4. Considerando a moção aprovada por unanimidade na reunião do Executivo Camarário de 5 de Janeiro de 2005, na qual a Câmara Municipal de Lisboa reafirma

«a sua disponibilidade para encontrar com a «Parque Expo» uma solução para o problema dos trabalhadores (...) através das medidas que garantam as legítimas expectativas de segurança no emprego»; -----

----- 5. Considerando a proposta 20/2005, aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de Lisboa de 8 de Março de 2005, onde se afirma que «a transferência da gestão será acompanhada da cessão dos contratos e respectivas garantias em vigor, que serão objecto de análise e reconfiguração pelo Município»; ---

----- 6. Considerando que ao assumir a totalidade da gestão urbana dos espaços públicos do Parque das Nações, a Câmara Municipal de Lisboa deve igualmente assumir a responsabilidade relacionada com respectivos trabalhadores; -----

----- 7. Considerando as múltiplas afirmações da Câmara Municipal de Lisboa e desta mesma Assembleia Municipal de que a segurança dos postos de trabalho dos referidos trabalhadores da Parque Expo jamais poderia ser posta em causa. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua sessão extraordinária de 22 de Novembro de 2005, decida: -----

----- Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que assuma, de imediato, a responsabilidade de encontrar uma solução que garanta a estabilidade laboral dos trabalhadores referidos.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE). -----

MOCÃO NÚMERO QATRO

----- Recomendação -----

----- “1. Considerando a necessidade de recuperação dos bairros sociais degradados, a guetização de alguns deles e a conseqüente não integração no tecido urbano da cidade dos mesmos; -----

----- 2. Considerando a necessidade da integração de todos os habitantes da cidade na cidade, fazendo do conceito de vida na CIDADE um conceito intimamente ligado à CIDADANIA; -----

----- 3. Considerando a quantidade de bairros sociais que estão completamente degradados no seu parque edificado; -----

----- 4. Considerando a quantidade de bairros sociais que estão sem qualquer estrutura de bairro, sem as infra-estruturas comerciais, sociais e associativas, que criam a vida de bairro e combatam os “bairros dormitórios”; -----

----- 5. Considerando que a existência de bairros nestas situações são potenciadores das tensões sociais já existentes na crise social que o país atravessa; -----

----- 6. Considerando a quantidade de emigrantes que vivem nesses bairros, cujos problemas de integração social ainda agravam mais todas essas tensões sociais; -----

----- 7. Considerando a necessidade de promover um trabalho aturado e planeado de recuperação destes bairros, quer nas obras necessárias à recuperação física das casas, na sua integração no tecido urbano da cidade, na promoção da integração social, quer na efectiva integração social e cidadã dos emigrantes; -----

----- 8. Considerando os recentes acontecimentos em várias cidades da Europa que obrigam todos os responsáveis de cargos autárquicos e governamentais a olharem com olhos de ver para a situação destes cidadãos. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião extraordinária de 22 de Novembro, decida: -----

----- 1 - Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que apresente a esta Assembleia Municipal, com a maior, brevidade um estudo resumo relativo a todos os bairros sociais, suas composições e o seu estado, e tendo em vista a identificação das necessidades urgentes de recuperação habitacional, social e urbanística. -----

----- 2 - Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que solicite ao Governo da República reuniões imediatas para início de negociações para o surgimento de novos planos, com, os, respectivos meios financeiros e legais, à semelhança dos planos POLIS, com vista a serem garantidos os meios necessários às recuperações sociais, habitacionais e urbanísticas dos bairros sociais da cidade de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE). -----

----- INTERVENÇÕES NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Iniciamos este mandato numa situação mais complexa para a cidade. Apesar de as forças de esquerda terem eleito directamente 28 deputados da AML, contra 26 eleitos do PSD e do CDS-PP, apesar disso bastaram 102.618 votos ao PSD, na eleição para as Assembleias de Freguesia, para eleger 33 presidentes de Junta de Freguesia, o que lhe dá a maioria absoluta na Assembleia Municipal. No conjunto das duas eleições, a directa e a indirecta, as forças de esquerda tiveram mais 60.376 votos do que as forças de direita, o que dá sinais claros de como a população de Lisboa votou e exige equilíbrio, negociação e consensos democráticos e não soluções e jogos contranatura, de bastidores, que irão contra os interesses legítimos e populares da Cidade de Lisboa. -----

----- Foram conhecidos os motivos que impediram a formação de uma coligação de esquerda, antes das eleições. Agora convirá olhar em frente, pela nossa parte salientando que tudo faremos para que, nesta Assembleia e fora dela, os projectos e medidas urgentes, as obras e as políticas adequadas, em áreas fundamentais, sejam levadas a cabo com equilíbrio e eficácia no Município. -----

----- A nossa intervenção irá privilegiar a qualidade de vida dos lisboetas e a humanização da cidade. Lutaremos por uma Lisboa de onde os jovens não continuem a ser expulsos e tenham direito à habitação e ao trabalho. Hoje mesmo apresentamos um documento a esta Assembleia em que propomos a máxima dedicação dos órgãos do Município à resolução dos problemas e carências dos bairros sociais e das zonas mais degradadas de Lisboa. Outra Moção que apresentamos, sobre a aplicação da Lei das Finanças Locais, alerta para as dificuldades que se avolumam na acção dos Municípios. Por tudo isso, impõe-se o estabelecimento rigoroso de prioridades, em Lisboa. A Câmara não pode privilegiar os privilegiados, nem apoiar os grandes

especuladores, por exemplo aqueles “senhores da cidade” recentemente referenciados no jornal “Público”, que se tornaram poderosos e ameaçadores para Lisboa. Temos de voltar os meios financeiros e técnicos do Município para a criação de uma nova vida em que dê gosto viver e trabalhar, conviver e usufruir o que nos identifica e projecta no País e no mundo, a nossa cultura, a fraternidade e os valores fundamentais ao bem-estar e à felicidade dos que trabalham e têm direito a viver com qualidade e alegria na cidade. -----

----- Defendemos a descentralização para as Juntas de Freguesia como pedra de toque fundamental na política do Município. Propomos meios técnicos e financeiros e responsabilidades adequadas e crescentes para quem está mais próximo dos problemas e das populações, mas com critérios objectivos e claros e transferências atempadas das dotações acordadas nos protocolos. -----

----- Defendemos que as competências essenciais da Câmara Municipal pertençam à Câmara, no seu colectivo, e que sejam geridas com eficácia e equilíbrio, afastando de vez o arbítrio, a decisão que era levada a cabo contra os interesses do Município. -----

----- Desde já, propomos que a Câmara assuma as suas responsabilidades na integração dos 31 trabalhadores despedidos da Parque Expo, SA. que não podem ser moeda de troca em negócios nem vítimas de uma gestão irresponsável. -----

----- Defendemos e propomos uma Assembleia Municipal que prossiga na via do trabalho democrático, do consenso naquilo que é essencial e decisivo. Nesta base de acção, a Assembleia modernizou-se e criou novas condições de funcionamento e de intervenção, no último mandato. Propomos apoios adequados e com critérios responsáveis às actividades dos Grupos Municipais e das Comissões Permanentes e Eventuais. Propomos a continuação das iniciativas que visem ampliar a participação dos munícipes e das instituições de Lisboa nos colóquios e outras acções que, dentro da Assembleia, tragam mais ainda o Fórum Lisboa ao seu papel essencial de Parlamento da Cidade e, fora da Assembleia, concorram para ir ao encontro das populações e dos problemas que é urgente conhecer e resolver. -----

----- Em conclusão, afirmamos que aqui estaremos com a honradez, a firmeza, a ética que nos caracterizam e caracterizaram no anterior mandato, contribuindo para uma cidade mais livre, uma cidade de Abril que merece ser melhor e mais prestigiada e que necessita do esforço, da dedicação, da inteligência e do trabalho dos autarcas que o sabem ser de corpo inteiro, abertos à inovação, ao progresso e ao futuro de Lisboa.” --

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por saudar a Sra. Presidente da Assembleia Municipal dizendo que pela primeira vez na sua história a Assembleia Municipal de Lisboa era presidida por uma mulher, e desejou-lhe as maiores felicidades nas suas funções acrescentando que estava certo que poderiam contar com ela para a valorização da Assembleia. -----

----- Saudou também a nova Câmara, todos os Vereadores eleitos, naturalmente com especial referência ao Sr. Presidente da Câmara, que venceu as últimas eleições autárquicas, e obviamente esperava, como esperava toda a Assembleia Municipal, o melhor desempenho possível na valorização da cidade. O povo de Lisboa soube dar-lhe a confiança necessária para poder governar a cidade e a valorizar. -----

----- Igualmente saudou todos os Deputados Municipais eleitos, referindo que, pela primeira vez na sua história, o PSD tinha maioria absoluta na Assembleia Municipal, o que era um dado histórico que esperava o soubessem merecer. Naturalmente fariam tudo para merecer essa confiança que lhes foi transmitida pelo povo de Lisboa, por forma a que também eles próprios valorizassem o seu trabalho e a sua acção, já que o papel da Assembleia Municipal era importantíssimo naquilo que dizia respeito à fiscalização da actividade da Câmara e às propostas que pudessem ser consentâneas com o desenvolvimento da cidade. -----

----- Feitos os cumprimentos, disse que neste dia não podia deixar de referir um facto que era patente, notório e público, concretamente os estudos prévios para o novo Aeroporto Internacional da Estremadura, que foram hoje apresentados pelo Sr. Ministro das Obras Públicas e que constituíam, de facto, a revelação de uma teimosia relativamente à deslocalização do Aeroporto da Portela para a Ota. -----

----- Essa atitude do Governo sem ter ouvido minimamente os órgãos do Município de Lisboa, para além do prejuízo para toda a Área Metropolitana, era também um prejuízo económico para o País, porque independentemente daquilo que se pudesse considerar como valorização em termos de emprego na altura da sua construção – hoje o Sr. Ministro falara em 56.000 novos empregos – era evidente que representava, a prazo, um prejuízo incomensurável para a Cidade de Lisboa e para a região, na medida em que já se verificava que muitos investimentos na área do turismo se estavam a resguardar no entendimento de que a procura turística seria altamente prejudicada com a transferência do Aeroporto Internacional de Lisboa para a Ota, ou antes para o Aeroporto Internacional da Estremadura já que a Ota nem sequer fazia parte da Área Metropolitana de Lisboa. Portanto, Lisboa passaria a ser a única cidade europeia cujo aeroporto que a servia ficaria fora da sua própria área metropolitana. ----

----- Por outro lado, era um prejuízo incomensurável para o turismo já que Lisboa perderia grande parte da sua competitividade e era também o canto de finados do Aeroporto Francisco Sá Carneiro porque ele deixaria de ser a placa giratória que se pretendia que fosse do norte da Península Ibérica, portanto valorizando-se e sendo uma placa que também servisse a Galiza, para ser secundarizado, naturalmente, pelos aeroportos de Vigo e da Corunha. Ninguém que fosse ao Porto iria tomar o avião à Ota, e, além disso, muitos dos voos directos para o Porto seriam desviados para Lisboa, já que não se justificava que fossem para o Porto quando ficavam quase a meio caminho da Ota. -----

----- Por conseguinte, a construção de um aeroporto na Ota era um completo disparate e uma prova de grande arrogância por parte do actual Governo, que insistia nessa posição mesmo contra a vontade de praticamente todo o mundo, pois desde os agentes económicos até aos agentes turísticos, os pilotos da aviação civil, os responsáveis pelos aeroportos e pelas companhias áreas, toda a gente se vinha manifestando, insistentemente, contra a localização do novo aeroporto na Ota. No entanto, era intenção do Governo que isso fosse em frente deixando Lisboa a uma distância cada vez maior da Europa. -----

----- Disse, ainda, que em Portugal a agricultura era o que se via, a indústria estava também em completa degradação, e, portanto, aquilo em que poderiam apostar, em termos de valorização económica do País, seria o turismo e os serviços. Mas quando colocavam um aeroporto a 50 quilómetros do principal centro de turismo, estavam a desvalorizar a actividade de Lisboa não só em termos turísticos mas também de ser sede de muitas empresas ligadas aos serviços. Estavam, de facto, a prejudicar, de forma evidente, a economia nacional. E, no entanto, insistia-se, insistia-se, insistia-se com a implantação do aeroporto na Ota! -----

----- Continuando, disse que o Sr. Vereador Sá Fernandes – que não estava presente mas estavam os Deputados Municipais do BE – era especialista em acções populares, fê-lo algumas vezes, e um dos seus apoiantes era o ex-Vereador Luís Coimbra que também, aberta e frontalmente, era contra o novo Aeroporto Internacional da Estremadura, pelo que sugeria ao BE que também se movimentasse numa acção popular tendo em vista a obstaculização dessa iniciativa que tão prejudicial seria para o País. -----

----- Portanto, esperava que de alguma forma viessem a conseguir que esse empreendimento não fosse concretizado pelo prejuízo enorme que traria à Região de Lisboa. Já teriam imaginado os problemas para o turismo de Cascais e Sintra com a localização do aeroporto na Ota? Quem seria que construiria um novo hotel nessas zonas privilegiadas em termos turísticos? Quem iria investir na recuperação dos hotéis, que naturalmente se iriam degradando, sabendo antecipadamente que a sua procura iria diminuir com certeza? Já teriam pensado no que isso iria representar em termos de emprego? -----

----- De facto, era uma asneira tremenda se isso fosse por diante, mas esperava que conseguissem, ainda, pôr-lhe cobro. -----

----- Seguidamente, disse que não podia deixar de referir um outro facto que se estava a passar na Cidade de Lisboa, chamando a atenção da nova Câmara para ele. Em 1986, estava ele próprio na Vereação, foi com muita dificuldade que o então e Vereador Pedro Feist, agora novamente na Vereação, conseguira que, finalmente, fosse proibida a afixação de cartazes nas paredes da cidade e que se pinchassem as paredes. Foi uma discussão longa, uma luta dura, a altura que se vivia era ainda conturbada por resquícios do PREC, e, efectivamente, o que se estava agora a verificar na cidade era a retoma desse mau hábito. De facto, em muitas zonas da cidade verificava-se a afixação de milhares de cartazes, curiosamente muitos deles com o carimbo da Câmara Municipal de Lisboa que patrocinava determinadas actividades, por exemplo actividades do Teatro São Luiz. Via-se isso no Bairro Alto, nas Amoreiras ou nas Avenidas Novas. -----

----- Recordou que nessa altura foram criadas posturas que proibiam e castigavam os autores que produziam e colocavam esses cartazes, e agora era importante que isso viesse outra vez ao de cima e acabassem com esse flagelo. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia Municipal nesta primeira reunião do Parlamento da Cidade, manifestando a sua convicção de que ela saberia dirigir com

isenção e dinamismo os trabalhos da Assembleia no mandato que agora se iniciava, e tinha a certeza, também, que com a sua direcção saberiam contribuir para a função fiscalizadora do trabalho que se fazia no Executivo municipal. -----

----- A sua segunda palavra era para o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, para o felicitar pela vitória que alcançara nas últimas eleições autárquicas e desejar-lhe um bom mandato, para bem da cidade. Era um bom sinal que estivesse presente nesta primeira reunião, e esperava que fosse para continuar e não acontecesse aquilo que acontecera algumas vezes no final do mandato anterior, em que não os honrara, tanto quanto seria desejável, com a sua presença. -----

----- Mas desejava também dizer-lhe que, ao ganhar da forma expressiva como ganhara as eleições, tinha uma grande responsabilidade para com a cidade, porque lendo atentamente o seu programa, que, aliás, foi público e notório porque foi muito comentado nessa altura, assumira uma proposta para a cidade de oposição àquilo que vinha sendo feito. Era um programa de crítica à acção do Executivo do qual fez parte, uma programa de constatação das diferentes dificuldades e estrangulamentos que a cidade atravessava, e, portanto, o que esperavam do Sr. Presidente da Câmara e da sua equipa era que soubesse cumprir aquilo que assumira no seu programa eleitoral e que tornasse a Cidade de Lisboa numa cidade mais fraterna, mais justa e mais solidária, uma cidade com mais segurança, com menos problemas de transportes, com o estacionamento resolvido e com uma reabilitação profunda e eficaz no seu parque edificado. -----

----- Teria com certeza nessa matéria a atenção do PS e a sua solidariedade. O PS, como partido da oposição, seria uma oposição firme e atenta, mas seria um partido responsável, e tal como fizeram no anterior mandato quando estiverem de acordo votarão a favor, quando estiverem contra votarão contra, mas, antes disso, apresentariam sempre as suas propostas alternativas e as suas sugestões a bem da cidade. -----

----- Tinha a certeza que se o Sr. Presidente da Câmara quisesse explorar o seu perfil dialogante, que algumas vezes manifestara no anterior mandato, poderiam encontrar ali soluções consensuais a bem da cidade. -----

----- Prosseguindo, disse que na intervenção anterior ouviram pôr uma questão que interessava à cidade, concretamente sobre o novo Aeroporto de Lisboa, na Ota. E, sobre essa matéria, desejava desafiar a Sra. Presidente e a maioria que geria a cidade a cumprir a promessa que o próprio Presidente da Câmara fez, na tomada de posse, no sentido de que fosse agendada uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal para discutirem só as questões do Aeroporto da Ota, porquanto não cabia no período de Antes da Ordem do Dia discutir-se com alguma profundidade essa questão. -----

----- Seguramente não concordava com o que o Deputado Municipal Victor Gonçalves disse, que, aliás, nem fazia doutrina com aquilo que disseram muitos anteriores responsáveis do PSD quando estiveram no Governo sobre o Aeroporto da Ota, mas era bom que se fizesse um debate na Assembleia Municipal sobre essa matéria, e nessa altura confrontariam as divergências e as concordâncias que tinham. O PS não temia esse debate, pelo contrário desejava-o, e desde já solicitavam que fosse

cumprido o primeiro desiderato do Sr. Presidente da Câmara no seu discurso da tomada de posse, ou seja, que se agendasse uma Sessão para discutir essa questão e não se ficasse apenas por uma intervenção desgarrada no período de Antes da Ordem do Dia sobre essa matéria. Mas estavam mesmo muito interessados em discutir esse assunto na Assembleia Municipal. -----

----- Aludindo às moções apresentadas, disse que o PS não podia estar solidário com a Moção que dizia respeito ao Orçamento de Estado e por isso votariam contra. O País atravessa um momento de grande dificuldade, era necessário mesmo um esforço patriótico para recuperar as finanças públicas e, portanto, aguardavam até com alguma expectativa e com algum interesse como iria votar a bancada do PSD nessa matéria sobre o Orçamento de Estado, uma vez que não era pacífico, até dentro do próprio PSD, a forma como votaram na Assembleia da República essa questão. -----

----- Portanto, aguardariam para ver como iria votar o PSD essa Moção e tirariam daí as ilações devidas. Tinha até a convicção que se o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa pudesse votar nessa matéria, pelo menos não se levantaria para votar contra o Orçamento de Estado. Mas, enfim, esperaria para ver! -----

----- Disse que estavam de acordo com as outras moções, embora tivessem algumas dúvidas quanto aos considerandos e ao próprio articulado das mesmas, haveria uma intervenção da sua bancada sobre essa matéria, mas iriam votá-las a favor porque entendiam que era de facto importante reflectir sobre as questões nelas colocadas. -----

----- Por fim, disse que aquilo que podia comprometer em nome do PS, era que estariam sempre atentos aos problemas da cidade, estariam sempre atentos e vigilantes àquilo que o Executivo ia fazer, não tendo com certeza nenhum problema em apoiar quanto entendiam que deveriam apoiar, e muito naturalmente manifestar discordância quando achavam que deveriam discordar, a bem de Lisboa. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Drago (BE)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Iniciamos hoje os trabalhos da nova Assembleia Municipal de Lisboa, que resultou das eleições de 9 de Outubro passado. Aproveito para, em nome da bancada do Bloco de Esquerda, saudar todos os eleitos. -----

----- A campanha para os órgãos municipais da Cidade de Lisboa foi – e penso que esta opinião será talvez a única que é consensual nesta Assembleia – um bom confronto político. Cada força política apresentou o seu diagnóstico sobre a cidade, e fez valer as suas propostas e seu programa. -----

----- Em resultado das escolhas políticas que assumimos perante os lisboetas, temos hoje, todos nós, a enorme responsabilidade de dar continuidade a esse trabalho, de dar corpo e substância às expectativas que criámos, aos compromissos que assumimos. ---

----- O Bloco de Esquerda assumiu como escolha central a vontade e o objectivo de devolver Lisboa a quem nela vive, a quem faz viver a cidade. Reafirmamos hoje esse compromisso. Nesta Assembleia, na Câmara Municipal, nas Assembleias de Freguesia, nas ruas e nas instituições da cidade de Lisboa bater-nos-emos por uma gestão autárquica aberta à participação dos cidadãos, transparente nos procedimentos

e nas suas escolhas, capaz de incluir as expectativas dos munícipes, de dar resposta aos seus problemas, de dar voz a quem faz e vive a cidade. -----

----- Devolver e abrir as instituições do governo da cidade aos seus munícipes, e recuperar o sentimento de pertença, de cidadania dos seus habitantes. Foi essa a nossa escolha, foi esse o nosso compromisso com os lisboetas, será esse o nosso caminho. --

----- Ora, tornar a cidade um espaço real de cidadania tem, desde logo, uma implicação, e, para nós, eleitos locais, uma responsabilidade. -----

----- A situação social da cidade de Lisboa – muitas forças políticas, aliás, o reconheceram durante a campanha eleitoral – assume hoje contornos preocupantes. ---

----- Lisboa vive rodeada de bairros sociais profundamente degradados, e, no seu interior, no centro da cidade, vão crescendo novos guetos, socialmente desestruturados, repletos de população envelhecida e com manchas crescentes de pobreza urbana. -----

----- Uma gestão autárquica democrática não pode olhar a cidade como mero aglomerado de edifícios e traçados rodoviários. -----

----- Uma gestão autárquica democrática não pode ignorar o profundo impacto que a crise social e económica que o país atravessa tem na população da cidade de Lisboa. --

----- Não podemos, nós, eleitos locais, ignorar as carências que se vão avolumando, as tensões sociais que vão emergindo, e, certamente, não podemos renunciar à responsabilidade de promover uma integração social efectiva na cidade de Lisboa. ---

----- Os acontecimentos recentes de revolta e violência juvenil em França – há tanto tempo previstos por quem conhecia a realidade social desses bairros e dessas populações – são um sinal e um aviso que as grandes cidades europeias não devem, não podem ignorar. -----

----- Certamente que as analogias e as comparações são sempre imprecisas. Sabemos que as especificidades sociais e culturais gizam fenómenos sociais únicos, que não podem ser transpostos de forma simplista. -----

----- Mas, muitos concordarão, alguns dos sinais que estavam há décadas por lá, começam a emergir aqui mesmo, na periferia da cidade de Lisboa. -----

----- Temos por isso a responsabilidade e a urgência de olhar esses bairros, esses cidadãos, como prioridade. Num primeiro momento, procurando conhecer a situação social, urbanística e habitacional destes bairros. E, num segundo momento, elaborando e levando avante projectos de intervenção que possam responder às carências evidenciadas nestes bairros. -----

----- É exactamente isto que a bancada do Bloco de Esquerda propõe hoje a esta Assembleia. Que aprove uma resolução no sentido de recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que apresente nesta Assembleia, o mais rapidamente possível, os dados que nos permitam avaliar com rigor a situação nos bairros sociais de Lisboa. E que, na sequência desse apuramento, se proponha a, em conjunto com o Governo, lançar os planos de recuperação social, habitacional e urbanística que esses bairros e que essas populações necessitam. -----

----- Dissémo-lo durante a campanha: Lisboa é feita das suas gentes. Caminhar de forma cega para uma cidade dualizada, marcada por disparidades sócio-económicas

gritantes, desenhada no confronto entre os bairros ricos e cuidados e as zonas pobres – abandonadas, guetizadas e degradadas –¹ conduzir-nos-à, na prática, a deitar por terra a ambição de fazer da Cidade de Lisboa um espaço urbano democrático, feito de cidadania e participação. -----

----- Temos por isso, hoje, a responsabilidade de dar os primeiros passos no sentido de inverter a crescente polarização social que marca a vida de Lisboa. -----

----- Foi para essa responsabilidade que os cidadãos de Lisboa nos convocaram a 9 de Outubro. Deve ser essa, portanto, a nossa escolha.” -----

----- **O Deputado Municipal António Preto (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que as suas primeiras palavras eram para a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, e não era só para cumprimentar mas também para manifestar o grande incómodo que era estar a falar de costas para a Mesa. De facto, falar como anteriormente acontecia das duas tribunas colocadas nos extremos do palco, era, a seu ver, menos incómodo e mais agradável, pelo que se se pudesse alterar essa situação gostaria que isso fosse tido em conta. -----

----- Por outro lado, fazia um cumprimento especial à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, agora investida nessas funções, e fazia esse cumprimento associando-o a uma vitória que era do PSD também, porquanto, pela primeira vez, o PSD, sozinho, tinha uma maioria tão expressiva na Assembleia Municipal. E não tinha dúvidas que isso também o reconheceria o Deputado Municipal Modesto Navarro. -----

----- Depois dirigiu uma palavra de apreço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, dizendo que a vitória do PSD tinha muito daquilo que foi o seu empenho, muito daquilo que eram os seus projectos e muito daquilo que era o seu sonho para Lisboa. Mas também grande parte da vitória tinha a ver com a obra que realizou em Lisboa enquanto Vice-Presidente e Presidente da Câmara no mandato anterior. E era nesse reconhecimento e também na perspectiva que trazia de sonho e de trabalho para o futuro dos cidadãos de Lisboa, que deixava esse cumprimento. -----

----- Feitos os cumprimentos, disse que o PSD ganhara as eleições mas não iria ter ali comportamentos que fossem de fazer valer aquilo que era a sua maioria. Não, não seria assim! Desde já se propunham estar ali com a oposição, e fazê-lo em diálogo, em partilha de poder, porque a Cidade de Lisboa necessitava, não de uma maioria que abafasse, mas de uma maioria que criasse condições para que houvesse propostas consensualizadas. -----

----- Até porque, como falava há pouco a Deputada Municipal Ana Drago de problemas que ainda hoje não eram da actual maioria, mas supunha, até porque tinham formas de funcionamento diferentes, que, eventualmente, a Deputada Municipal Ana Drago não acompanhara aquilo que de muito positivo foi feito nos últimos quatro anos nos pelouros da acção social e da habitação, e não só no último mas também em mandatos anteriores. Havia sempre aquela tendência de importar “francesismos”, isso foi muito evidente no século XIX e ainda ficaram aí alguns resquícios. Hoje não viviam com esse problema, até porque tinham uma Vereação atenta, já o demonstrara no passado e, naturalmente, continuava a ser uma Vereação com uma preocupação social muito importante. -----

----- E o facto do PSD ter essa bandeira social, com dois Vereadores com essa intervenção a seu cargo, para além de ter também uma especial atenção do Sr. Presidente da Câmara, mostrava que, antes de tudo, era um partido com preocupações sociais. Ou seja, do sonho do PSD a parte mais importante era trabalhar para todos. ---

----- Aludindo à questão da deslocalização do aeroporto para a Ota, disse que essa matéria levantava também problemas de capitalidade, pelo que no debate que fosse feito a propósito disso não tinha dúvidas que o PS também iria estar nesse debate de forma aberta e de boa fé. Aliás, estava certo que iria ver o Deputado Municipal Miguel Coelho, se fosse preciso, contra aquilo que era a tendência arrogante do Governo socialista de querer, contra todos, implantar o novo aeroporto na Ota. Com certeza que os interesses do País, e sobretudo da Cidade de Lisboa, iriam cantar mais alto e certamente o Deputado Municipal Miguel Coelho haveria de ser porta-voz desse desejo, desse sentir dos lisboetas para continuarem a manter na capital do País um aeroporto com as virtualidades e capacidades do Aeroporto da Ota. -----

----- Terminou dizendo que a atitude do PSD seria de partilha, uma atitude construtiva, e não tinha dúvidas nenhuma que a capacidade de diálogo que a Sra. Presidente da Assembleia e o Sr. Presidente da Câmara revelavam e que por natureza tinham, iria ser frutífero para a Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, depois de desejar as boas-vindas da Sra. Presidente à Assembleia Municipal, e também ao Sr. Presidente da Câmara cuja eleição certamente daria bons frutos a Lisboa, pelo menos os eleitores assim o tinham entendido, disse que o CDS-PP reiniciava este trabalho parlamentar na Assembleia Municipal de Lisboa afirmando o seguimento da linha que foi definida na campanha eleitoral, para a Câmara Municipal protagonizada pela Dra. Maria José Nogueira Pinto, e para a Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia. -----

----- E essa linha de campanha teve, essencialmente, como pontos mais fortes, arrumar as contas dos Órgãos do Município, arrumar a casa, isto é, melhorar os recursos humanos, rentabilizá-los, diria mesmo, por que não alterar o volume dos recursos humanos. Era preciso não ter medo das palavras, e pessoalmente não tinha. -----

----- Mas não chegava, de facto, encontrar os recursos necessários! Eles eram, como todos sabiam, escassos. Aliás, era por isso que o Orçamento de Estado tem sido tão discutido. Trata-se de um orçamento de contenção, um orçamento com o qual nem todos concordariam, e estranho seria se consenso houvesse em torno de um documento que, obviamente, iria trazer dificuldades a todo o tecido social do País, empresas, cidadãos, fosse quem fosse, mas era um orçamento que, a seu ver, deveria ter coragem para ir mais longe. Contudo, este não era o local próprio para dissecar o Orçamento de Estado, apenas falava nele porque ele teria, obviamente, consequências nos orçamentos dos órgãos municipais por todos o País, e em particular no do Município de Lisboa, o maior município do País e, como era tradição dizer-se, grande nau grande tormenta. -----

----- De facto, todos sabiam que a situação financeira da Câmara Municipal de Lisboa – não queria ser excessivamente pessimista – não andava muito longe de ser dramática, e o futuro que o orçamento lhes reservava era com certeza mais

complicado ainda. Por isso, era preciso conter despesas olhando para cada cêntimo com a maior atenção. E daí o acertar as contas e o arrumar a casa, porque não podiam desperdiçar meios apenas porque as pessoas ou não sabiam o que deviam fazer e faziam o que não deviam fazer, ou muita gente andava a fazer o mesmo, o que era uma duplicação de despesas. -----

----- Portanto, essa era a prioridade que o CDS-PP esperava que a Câmara Municipal assumisse, porque muito mais que o foguetório, muito mais que o circo, o que precisavam, neste momento, era pão. E para isso estariam atentos e tentariam que a Câmara Municipal e os restantes órgãos municipais apostassem numa outra linha que a campanha do CDS-PP claramente definira, que era gerir em rede. Queria com isso dizer que a Câmara e os restantes órgãos municipais tinham por vezes mais recursos do que o que muita gente pensava, e quando falava em recursos referia-se a instalações e outro tipo de meios. -----

----- As ONGs, as instituições de solidariedade social, clubes, enfim todas as instituições que na Cidade de Lisboa existiam, tinham também muitas delas meios muito interessantes e com uma riqueza que muitas vezes não imaginavam. -----

----- Aconselhou que fossem humildes, que não se preocupassem em fazer mais cidade, mas que se preocupassem, essencialmente, em fazer melhor cidade, em aproveitar melhor a cidade que já tinham. De facto, se em Lisboa se queixavam da falta de infra-estruturas, então que diriam muitos municípios pelo País fora? -----

----- Por conseguinte, era nesse sentido que o Grupo Municipal do CDS-PP daria a sua contribuição para a condução dos órgãos municipais, porque, efectivamente, a prioridade era recuperar a cidade para os seus cidadãos, já que todos sabiam que a Cidade de Lisboa perdera, nas últimas décadas, muitos dos seus habitantes. -----

----- Antes havia uma situação que, apesar de tudo, ia mantendo Lisboa viva, que era uma aposta significativa no terciário, nos serviços, mas como certamente teriam já reparado nos últimos anos vinha-se criando uma segunda vaga de abandono da cidade, que era o abandono dos serviços e do terciário, e não era com a criação de mais um ou outro Colombo que resolveriam a situação. Efectivamente, olhando para as Avenidas Novas, para a Av. da Liberdade e outros locais da cidade, o que viam era muitos prédios e neles as janelas sujas porque foram escritórios onde já ninguém estava a trabalhar. Ou seja, existiam em Lisboa milhares de metros quadrados de espaços que antes foram de serviços, que agora não estavam ocupados. As Avenidas Novas começaram por morrer em termos populacionais, estavam mortas à noite porque não tinham gente lá a morar, e neste momento estavam a começar a morrer durante o dia, o que significava que dentro de muito pouco tempo deixariam de ter vida nas Avenidas Novas durante o dia e durante a noite. -----

----- E essa não era uma visão apocalíptica, antes era uma visão em relação à qual todos deveriam tomar muita atenção, porque Lisboa estava a morrer uma segunda vez, e isso era mais grave do que tudo. -----

----- Estas, disse, eram as linhas de força que o CDS-PP gostaria que este mandato acompanhasse, e terminava com um *slogan*, que poderia parecer um pouco publicitário mas era essa efectivamente a prioridade: não precisavam de mais cidade,

precisavam de uma melhor cidade, porque a cidade, o betão e as ruas que tinham eram mais que suficientes. Que a usassem mas que a usassem bem, abusassem dela se quisessem, mas usassem a cidade que tinham. -----

----- **A Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, no uso da palavra, depois de saudar a Câmara e a Assembleia e fazer votos para que todos tivessem o melhor desempenho autárquico possível em prol da população da cidade, disse que sendo Presidente de uma Junta de Freguesia desejava, em nome do PS, manifestar alguma preocupação relativamente à indefinição que se passava com Câmara Municipal de Lisboa. Pessoalmente estava em continuação de mandato, portanto estava de certa forma familiarizada com a orgânica da Câmara, mas a verdade é que a Junta estava baralhada porque tinha casos urgentes para resolver e as funcionárias da Junta ainda hoje lhe disseram que recorreram ao *site* da Câmara na Internet e que lá também não constava a distribuição de pelouros pelos vários Vereadores. -----

----- O que sabia, como se calhar outros sabiam também, era pelo que vinha nos jornais. Só que essas informações não eram absolutamente coincidentes! Portanto, não tinham contactos nenhuns, não sabiam a localização dos gabinetes, não sabiam absolutamente nada. Todas as candidaturas achavam que era importante haver uma maior participação, uma maior cidadania no desenvolvimento dos instrumentos de gestão da cidade, nomeadamente o orçamento. E para haver um orçamento que fosse nesse sentido, não só várias associações deveriam ser ouvidas, como também e em primeiro lugar as Juntas de Freguesia. De resto, como na intervenção anterior foi referido pelo Deputado Municipal do CDS-PP. -----

----- Portanto, neste momento deveriam já estar a trabalhar em conjunto para a definição desse mesmo orçamento. Aliás, as Juntas do PS desde já demonstravam total disponibilidade para ter um trabalho leal com a Câmara e esperavam que a Câmara actuasse da mesma forma em prol da população. -----

----- Nesse sentido, entendiam que deviam ser marcadas reuniões por zonas da cidade, desde já disponibilizava a sede da sua Junta para a reunião com as Juntas de Freguesia da área, e era importante que o Executivo municipal se deslocasse a várias zonas da cidade para que programassem em conjunto, quer isso, quer os programas que a Câmara pensava lançar, quais as competências que iriam ser delegadas, porque tinham matérias que podiam ser facilmente delegáveis nas Juntas proporcionando uma resposta mais rápida à população. Portanto, era urgente que se iniciasse desde já esse trabalho. -----

----- Disse que até hoje só lhe chegara um ofício da Sra. Vereadora Marina Ferreira pedindo a indicação de qual era a constituição do Executivo da Junta, os pelouros e partidos, sem contudo dizer quais eram os seus. A Junta respondera imediatamente dizendo que não enviara ainda para a Câmara nem para os Senhores Vereadores justamente porque não sabiam quais eram os seus gabinetes, mas agora sugerira à funcionária que mandasse tudo para os Paços do Concelho. -----

----- Naturalmente havia alguma transição que era preciso ter em conta, mas era preciso que todos dessem as mãos em prol da população de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, depois de saudar todos os eleitos em especial a Sra. Presidente da Assembleia e o Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse que se inscrevera para falar sobre as moções que foram apresentadas, que eram apenas quatro tendo em conta o rigor da Mesa, legítimo e democrático, que deixara de fora as moções que chegaram fora de prazo. Portanto, falaria apenas dessas quatro. -----

----- Em relação a duas delas, uma do PCP e outra do BE, faria uma apreciação conjunta uma vez que ambas referiam a necessidade de intervenção nos bairros sociais, portanto tratavam do mesmo assunto, e, de facto, pareciam-lhe da maior oportunidade dada a urgência de políticas efectivas para se humanizar a cidade. Portanto, o PEV iria votar a favor dessas duas moções. -----

----- Sobre a Moção n.º 3, disse que o PEV também se associava ao BE no sentido de recomendar à Câmara que procurasse uma solução que garantisse a estabilidade laboral dos 31 trabalhadores da Parque Expo ameaçados de despedimento colectivo, e sobre a Moção n.º 1, do PCP, que dizia respeito à defesa da autonomia do Poder Local, que se via substancialmente fragilizada com o Orçamento de Estado para 2006, disse que esse orçamento trazia efectivamente motivos acrescidos de preocupação porque ia obrigar a muita ginástica por parte dos autarcas. É que não era só o incumprimento da Lei das Finanças Locais que ia penalizar as autarquias, pois nesse orçamento também o aumento do IVA, sem compensação para os municípios, representava um acréscimo de despesa na ordem dos 25 milhões de euros para 2006. -

----- Por outro lado, também o desconto de 3% obrigatório aos municípios para a Caixa Geral de Aposentações, que passava de 10 para 13%, representava menos 30 milhões de euros para o Município. -----

----- Ou seja, no conjunto dessas três parcelas os municípios ficariam com menos 110,5 milhões de euros para se governarem em 2006, pelo que o PEV subscrevia a Moção do PCP e iria votar a favor da quatro moções apresentadas. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, começou por dizer que subscrevia a intervenção da Deputada Municipal Irene Lopes e pediu ao Sr. Presidente da Câmara que não caísse no erro do mandato anterior em não privilegiar as Juntas de Freguesia como principais parceiros da Câmara. Ainda não conheciam a distribuição de Pelouros e rapidamente deveriam começar a descentralização de competências e de verbas para que as Juntas de Freguesia pudessem começar a preparar o próximo ano. -

----- Depois, referindo-se à Moção n.º 1, por si subscrita, disse que o Governo apresentara a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2006, que continha um expresse incumprimento da Lei das Finanças Locais que não podia deixar de ser denunciado. Tratava-se da primeira vez que a actual Lei das Finanças Locais não era cumprida. Era um total absurdo que as autarquias locais, que ao longo dos últimos três anos se empenharam em contribuir para a diminuição da despesa do Estado, fossem agora as principais penalizadas. -----

----- A decisão governamental de incumprimento da Lei das Finanças Locais traduzia-se no crescimento zero dos fundos para os municípios e para as freguesias no ano de

2006. Porém, essa situação de um já dramático crescimento zero, era aparente! Como já ali foi dito – era mais um exemplo – o Governo acrescia ainda o aumento dos descontos obrigatórios das autarquias locais para a Caixa Geral de Aposentações de 10 para 13%, o que queria dizer que, em 2006, as verbas para as autarquias locais decresciam. -----

----- Disse, ainda, que esta Proposta de Orçamento não podia deixar de ser analisada como um ataque à autonomia das autarquias locais, já que diminuía gravemente as suas capacidades financeiras e ingerindo-se em áreas da sua competência. O actual Governo vinha usando os meios ao seu dispor para desviar a atenção das grandes dificuldades que a sua política estava a causar à grande maioria da população, focando-as contra as autarquias como o chavão do despesismo. -----

----- A verdade é que foi o Poder Local Democrático que permitira às populações poder dispor de água canalizada, distribuição de energia eléctrica, recolha de lixo, saneamento, creches, jardins-de-infância, instituições para idosos, cantinas escolares, etc., etc. Não se podiam esquecer que eram as autarquias locais as responsáveis por cerca de 50% de todo o investimento público, e isso sem obras megalómanas e de fachada. -----

----- Referiu que a Proposta de Orçamento de Estado integrava normas inaceitáveis de tutela das autarquias locais, designadamente a suspensão de destacamentos, requisições, transferências, e a previsão de aumento zero nas despesas de pessoal. Essas e outras situações falavam por si sobre a imoralidade e a falta de ética política que se destacavam do Orçamento de Estado no que ao Poder Local se referia. -----

----- Continuando, disse que a Assembleia Municipal de Lisboa só poderia emitir uma opinião, inequivocamente desfavorável e condenatória dessa inqualificável Proposta de Lei. E, mais do que uma opinião, emitir um inequívoco protesto com todo o direito à indignação que essa medida provocava às câmaras municipais e juntas de freguesia, e uma das formas para isso seria a aprovação da Moção apresentada pelo PCP sobre esse assunto. -----

----- Por fim, referindo-se directamente ao Deputado Municipal Miguel Coelho, disse que tinha curiosidade em ver a votação dos Presidentes de Junta do PS nessa Moção, pois falava do Orçamento de Estado mas só no que se referia à Lei das Finanças Locais e da autonomia do Poder Local. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, no uso da palavra, começou por referir que nesta sua primeira intervenção desejava cumprimentar todos e deste modo iniciar a sua participação na Assembleia Municipal de Lisboa. E não poderia deixar de densificar um pouco aquilo que o Deputado Municipal Miguel Coelho já referiu a respeito da Moção n.º 1, apresentada pelo PCP, sobre o Orçamento de Estado para 2006. -----

----- Na verdade, tratava-se de uma Moção demagógica, que utilizava uma linguagem que não correspondia já à realidade do processo de discussão orçamental e negociação na Assembleia da República, e era impossível que o PCP ignorasse esse facto. -----

----- Em primeiro lugar, não estava de todo em causa o incumprimento da Lei das Finanças Locais. O que estava em causa era uma derrogação, prevista pela Lei de

Enquadramento Orçamental, tal como a alterada pela Lei da Estabilidade Orçamental, que neste caso afectava o artigo 14º-A. -----

----- Em segundo lugar, também não era verdade que, neste momento, se verificasse a manutenção dos níveis de transferências para o Fundo Financeiro das Freguesias semelhantes a 2005, porque esse era um tópico que tem sido discutido não só em sede de Assembleia da República, como também com as associações representativas das autarquias locais, nomeadamente com a ANAFRE. -----

----- Em terceiro lugar, era extremamente gravosa a utilização da expressão “saco azul de 200 milhões de euros” para falar de contratos-programa e de cooperação técnica e financeira. Era extremamente gravoso! Aquilo que se passou nos tempos dos anteriores Governos foi a dotação orçamental de 23,6 milhões de euros para distribuição pela Secretaria de Estado da Administração Local, e ao todo, por todos os Ministérios dos anteriores Governos, estavam cabimentados mais de 300 milhões de euros para distribuir através de contratos-programa, sem que os orçamentos de 2002 a 2005 previssem uma única norma relativamente aos critérios de distribuição dos mesmos. Desceram, agora, para 200 milhões de euros, que era um nível histórico em termos do fim da discricionariedade na distribuição desse tipo de instrumentos financeiros. -----

----- Sobre o direito de preferência a conceder às autarquias locais, disse que, de facto, não constava da versão apresentada pelo Governo na Assembleia da República, mas o PCP sabia também, com toda a certeza, que o artigo 3º já sofrera algumas propostas de alteração e que muito provavelmente o direito de preferência das autarquias estaria aí plasmado. -----

----- No tocante à retracção do investimento do Estado em infra-estruturas, equipamentos sociais, etc., disse que tem sido amplamente noticiado, sobretudo nos últimos dias, que o Governo estava a levar a cabo auditorias a todos os Ministérios, que seriam finalizadas algumas em Março de 2006, e na sequência das quais o processo de reforma da Administração Central do Estado conhecerá um novo impulso, e a Lei 159/99 seria revista no sentido de efectivar a transferência de competências e correspondentes meios financeiros. -----

----- Por fim, disse que desejava lembrar aos Deputados Municipais, nomeadamente do Grupo Municipal proponente da Moção n.º 1, que autonomia local significava responsabilidade dos eleitos locais, e a autonomia financeira, enquanto componente da autonomia local, significava responsabilidade financeira daqueles que foram localmente eleitos. -----

----- **O Primeiro-Secretário**, que momentaneamente substituíra a Sra. Presidente, antes de dar a palavra ao orador seguinte, disse que usando pela primeira vez da palavra na Assembleia Municipal desejava dizer o gosto que tinha em estar na Assembleia Municipal da Cidade de Lisboa e o desejo que ela corresse com toda a normalidade e que os objectivos de todos fossem cumpridos. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que a oradora anterior, como autarca, fez ali uma

acusação um tanto grave aos autarcas. Os autarcas eram, se calhar, mais de 50.000 e todos eram responsáveis e sabiam como gerir as autarquias locais. -----

----- Com certeza a oradora anterior sabia os custos que tinha o aumento de 10 para 13% para a Caixa Geral de Aposentações, que representava cerca de 33% dos encargos que as autarquias tinham para a Caixa Geral de Aposentações, porque se num ano 33% para uma Câmara Municipal era muito, para uma Junta de Freguesia ainda era mais. -----

----- E também não se percebia quando concordava – e esse era o seu pedido de esclarecimento – com o aumento zero em relação ao pessoal. Quando a Câmara Municipal de Lisboa, ou outra, inaugurar uma piscina, uma biblioteca ou algo mais, esses equipamentos ficarão fechados porque não se pode contratar pessoal. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que lamentava imenso não concordar com o Deputado Municipal Paulo Quaresma nem com a ideia de que os autarcas sabiam, responsabilmente, gerir os meios financeiros que tinham ao seu dispor. E quando se referia à responsabilidade, quer dos eleitos locais numa acepção ampla, quer à responsabilidade financeira, referia-se também, ao caso de muitos municípios, como de Lisboa, que tinham potencialmente capacidade de angariação de receitas próprias e continuavam a reivindicar, ano após ano, maiores transferências do Orçamento de Estado. -----

----- Viviam presentemente um momento de transição, de revisão de todo o normativo financeiro da Administração Local, isso não era novidade nenhuma. Aliás, da reunião de ontem, entre o Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna, a ANMP e a ANAFRE, resultara um apaziguamento nessa matéria. A ANAFRE, inclusive, deixara cair as reivindicações que publicitara, e mais, a ANMP reclamava apenas o não aumento ou a manutenção do nível de transferências do Orçamento de Estado em 2005. -----

----- Quanto à questão dos recursos humanos, disse que era importantíssimo que todos os níveis da administração, seja central ou seja local, revissem e racionalizassem os recursos humanos de que dispunham. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, referiu que ia falar, sobretudo, da Moção que o seu Grupo Municipal apresentara relativamente às questões da exclusão social e de alguma intervenção que era possível fazer na Cidade de Lisboa. -----

----- Disse, então, que no último mandato, por diversas vezes em colóquios que se fizeram, este tema da exclusão social foi abordado. Referia-se, nomeadamente, ao Colóquio realizado em 2004, cuja temática foi exactamente “Exclusão Social”, um outro ainda em 2004 sobre “Imigração e Minorias Étnicas”, e já em 2005 o Colóquio sobre “Políticas Culturais para a Cidade de Lisboa”. Em todos esses momentos assistiram a intervenções de especialistas, a intervenções de instituições e organizações da cidade e por parte do numeroso público presente, aparecendo a problemática da exclusão como uma grande preocupação também em Lisboa. -----

----- Portanto, pensava poder afirmar que essa matéria era uma preocupação de todos os presentes na Sala. -----

----- Por outro lado, era também de referir que os acontecimentos que recentemente tiveram lugar em França, sobretudo, e a violência desses mesmos acontecimentos já ali hoje referidos nomeadamente pela Deputada Municipal Ana Drago, eram motivo de preocupação para todos. Sabia-se que os problemas que hoje afectavam Lisboa, que no fundo eram os problemas das grandes metrópoles, os problemas da toxicodependência, da prostituição, do isolamento e da solidão nomeadamente da população idosa, conduziam a uma situação de grande insegurança. As causas eram também conhecidas, nesses mesmos colóquios elas emergiram, portanto importava agora que apontassem algumas soluções. -----

----- E essas soluções, do seu ponto de vista, teriam que passar por alguns pequenos passos que era urgente que fossem dados para poderem contribuir para a resolução do problema. Referia-se, sobretudo, à intervenção nos bairros municipais onde realmente era possível a Câmara intervir, não só a nível da recuperação da própria degradação dos edifícios, mas principalmente em relação aos equipamentos sociais que ou não existiam ou encontravam-se ao abandono. Em numerosos bairros sociais essa situação acontecia, ou porque as lojas ou as instalações não foram vendidas, ou porque pura e simplesmente não estavam aproveitadas e como tal eram vandalizadas. -----

----- Por outro lado, referia também a questão da polícia. Obviamente pensavam que não era com medidas repressivas que os problemas sociais se podiam resolver na íntegra, mas, efectivamente, aquela solução encontrada na década de noventa do fecho das esquadras de bairro, estava a ter hoje frutos extremamente negativos, pelo que importava que se voltasse à prática da esquadra de proximidade para uma melhor resolução dos problemas. -----

----- Seguidamente, disse que, porque também ia no mesmo sentido, o PCP iria votar favoravelmente a Moção do BE sobre a mesma matéria, e igualmente votariam a favor da Moção, também do BE, sobre os trabalhadores da Parque Expo. -----

----- Rematou a sua intervenção dizendo, em suma, que o que se passava é que a humanização da cidade era necessária e urgente. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, no uso da palavra, começou por, nesta que era a sua primeira intervenção neste mandato, cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia, acrescentando que esperava que a Assembleia Municipal, gerida e orientada pela Sra. Presidente, conseguisse que os cidadãos e as cidadãs da cidade pudessem participar trazendo-lhes ali todas as suas angústias e problemas, mas também o seu afecto, a sua vontade de participar e a sua vontade de exercer a cidadania. Se assim fosse teria em si uma colaboradora, caso não teria em si também uma opositora. -----

----- Referindo-se à Moção n.º 2, apresentada pelo PCP, disse que se falava em bairros, em guetização, em marginalização, em ferrete, e também a do BE falava em bairros sociais e guetização. -----

----- Referiu que a Deputada Municipal Ana Páscoa começara por aludir a bairros municipais e depois passara a bairros sociais, mas era importante que mudassem a

forma de falar desses bairros, porquanto quem lá vivia eram cidadãos e cidadãs e os bairros tinham nome. Os bairros não eram sociais, porque quando estavam a chamar-lhe bairros sociais estavam a marginalizá-los, estavam a guetizá-los! Ninguém falava que o Restelo era o “bairro não sei quantos”! Isso era a guetização, era a marginalização das pessoas que lá viviam. -----

----- A construção poderia ser mais barata, mais própria para poder ser alugada mais barata, mas realmente não gostava que fossem chamados bairros sociais, e se ela própria não gostava certamente também as pessoas que lá moravam não gostariam que, à partida, fossem marcadas como moradoras num bairro social. -----

----- Seguidamente, disse que o PS ia votar a favor da Moção, mas porque a linguagem era importante, solicitava ao PCP que retirasse a expressão “bairros sociais” porque as pessoas que habitavam nesses bairros não eram pessoas sociais, eram pessoas que tinham problemas sociais. Por exemplo, ela própria foi Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação/Bairro Alto, sabia que viviam lá pessoas com muitos problemas mas era óbvio que ninguém se atreveria a chamar ao Bairro Alto um bairro social. As pessoas tinham lá muitos problemas, como idosos isolados sem dinheiro para pagar a renda, mas ninguém se lembrava dessas pessoas. -----

----- Portanto, não havia bairros sociais, havia o Bairro Santo António, o Bairro Sra. da Fonte ou outro nome qualquer, e quem vivia nesses bairros eram cidadãos e cidadãs com problemas sociais em relação aos quais, aí sim, cabia aos órgãos do Município responder. -----

----- Por outro lado, quando no último parágrafo da parte deliberativa se dizia “uma política de inclusão para a cidade” era óbvio que a cidade não precisava de uma política de inclusão, o que era preciso era uma política de inclusão das pessoas. Ou seja, as políticas sociais é que tinham que ser inclusivas e não de marginalidade ou exclusivas. -----

----- Por conseguinte, pedia, em nome do PS, que reformulassem essa matéria na parte deliberativa já que os considerandos não eram votados. -----

----- Por fim, aludindo à intervenção do Deputado Municipal António Preto, disse ter entendido que ele teria feito um elogio à ex-Vereadora Helena Lopes da Costa, com o que, podia acreditar, se comovera. Só que ela não constava da lista como Deputada Municipal, pelo que certamente teria havido ali um engano com certeza. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção era para apresentar, muito brevemente, a Moção/recomendação do seu partido relativa aos trabalhadores da Parque Expo, matéria sobre a qual, no período de intervenção do público, já um representante desses mesmos trabalhadores usara da palavra. -----

----- Disse que era uma matéria que já foi objecto de atenção por parte da Assembleia Municipal, nomeadamente quando ali foi discutido e aprovado o acordo feito entre a Câmara e a Parque Expo, aquando da transferência de um conjunto de responsabilidades da Parque Expo para a Câmara. -----

----- Era evidente que a transferência dessas responsabilidades implicava que no seio da Parque Expo houvesse um conjunto de trabalhadores que ficavam com as suas

funções esvaziadas, e parecia-lhes que como a Câmara assumira essas responsabilidades deveria também assumir a responsabilidade de encontrar uma solução que garantisse a estabilidade laboral dos trabalhadores referidos. Não especificavam qual a solução, remetiam para o Executivo o encontrar de uma solução mais adequada de forma a que essa transferência não implicasse que o número de desempregados no País viesse a aumentar. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que restando ao seu Grupo Municipal pouco tempo, menos de dois minutos, apenas deixava à Sra. Presidente um documento importante chamado “contributos para a minimização dos factores de exclusão social”, que se referia ao Projecto Alcantara. -----

----- Como era sabido, o Casal Ventoso foi desmantelado realojando-se parte da sua população em Alcântara, mais concretamente no Bairro do Cabrinha tendo então sido prometida e financiada com fundos europeus a minimização social para a integração daquela gente. O dinheiro foi aparecendo através do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso, depois esse Gabinete foi extinto, a partir de 2002 começaram a ter grandes problemas e neste momento, se não fosse a sua Junta por vezes pagar salários, manter alguns equipamentos, apoio domiciliário e outras coisas, o projecto Alcantara teria encerrado as suas portas. -----

----- Disse, ainda, que sabia que este assunto estava no Gabinete do Sr. Presidente da Câmara, no entanto desde Abril que a Junta não recebia um cêntimo e todos os meses havia técnicos no terreno, havia gente a ser apoiada diariamente com alimentação e outro tipo de coisas, e nesta altura a Junta não tinha hipóteses de continuar a manter esta situação. -----

----- Portanto, apelava à Câmara que rapidamente resolvesse esse problema. -----

----- Terminou dizendo que tinha uma intervenção escrita sobre esta matéria, mas como não tinha tempo de a ler pedia à Sra. Presidente que a incluísse como sendo a sua intervenção nesta reunião do Plenário. -----

----- (Entregou na Mesa a intervenção a que acabara de se referir) -----

----- **A Senhora Presidente**, respondendo a um aparte, disse: “Sra. Deputada, a Mesa não decidiu ainda. Naturalmente, como o Sr. Deputado compreende, não se poderá dar por acontecido aquilo que não aconteceu. O que poderá acontecer é fazer-se anexar à acta e ficar à disposição dos Senhores Deputados o contributo do Sr. Deputado. Agora, naturalmente, todos compreenderão que a Mesa não poderá dar como sucedido aquilo que não sucedeu. -----

----- Aquilo que a Mesa propõe e esclarece desde já, a menos que o Sr. Deputado proponente se oponha, é fazer anexar à intervenção do Sr. Deputado este contributo, que ficará à disposição de toda a Assembleia. -----

----- O Sr. Deputado concorda com a metodologia da Mesa? Muito obrigada.” -----

----- **O Deputado Municipal Henrique Freitas (PSD)**, no uso da palavra, começou por felicitar a Sra. Presidente pela sua eleição para Presidente da Assembleia Municipal, pedindo que lhe permitisse também evocar, nesta sua primeira intervenção, o seu antecessor, Dr. João Amaral, que foi Presidente da Assembleia

Municipal quando ele próprio desempenhara as funções de Vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Evocava, pois, a sua memória e a sua dedicação à Cidade de Lisboa. -----

----- Depois, cumprimentou também o Sr. Presidente da Câmara e toda a sua equipa, fazendo votos que, com o seu perfil, conseguisse encontrar na Vereação os mecanismos necessários à prossecução de um mandato e das propostas que, maioritariamente, o povo de Lisboa sufragara nas últimas eleições autárquicas. -----

----- Feitos os cumprimentos, disse que a Cidade de Lisboa acolhera o Congresso Internacional para a Nova Evangelização, sob o signo “Cristo Vivo”, que ocorrera de 5 a 13 de Novembro. No âmbito da realização desse congresso, no passado dia 12 de Novembro a imagem de Nossa Senhora de Fátima percorrera as ruas da cidade, sendo esta a terceira vez nos últimos 80 anos. -----

----- Disse D. José Policarpo: “queremos testemunhar o nosso compromisso cristão de levar a luz de Cristo a toda esta cidade”. Cidade que, nas palavras de D. José, era muito balizada por marcos que sublinhavam a confiança filial dos habitantes de Lisboa. E evocava, ainda, o Cardeal Patriarca: “tu és há muito tempo para eles – lisboetas – a Senhora de Belém, a Senhora da Saúde, a Senhora da Rocha, a Senhora da Penha de França, a Senhora do Amparo, a Senhora de Fátima, títulos que demonstram bem a confiança que a Cidade de Lisboa deposita em voz, e se reúnem todos na designação de Santa Maria Maior, título da nossa Catedral, a igreja-mãe desta diocese de Lisboa”. -----

----- E porque Nossa Senhora fazia parte da Cidade de Lisboa e da sua história, muitos milhares de peregrinos associaram-se a essa procissão, na qual teriam participado, segundo dados oficiais divulgados, 500.000 pessoas que percorreram aqueles quilómetro da cidade associando-se a essa comovente manifestação de fé vivida no dia 12 de Novembro, que culminara com a consagração da Diocese e da Cidade de Lisboa a Nossa Senhora. -----

----- Por tudo isso – disse a terminar – o Grupo Municipal do PSD não podia deixar de assinalar um acontecimento de tão grande dimensão humana e espiritual na vida da cidade, congratulando-se vivamente perante essa consagração. -----

----- Terminada a intervenção, porque o **Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** proferira, a partir da sua bancada, um aparte que tinha a ver com a alusão que foi feita ao anterior Presidente da Assembleia Municipal, **o Deputado Municipal Henrique Freitas (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que teve a intenção de evocar o Deputado Municipal João Amaral apenas porque era o Presidente quando ele próprio foi Vereador da Câmara, porquanto sabia muito bem que o anterior Presidente foi o Deputado Municipal Modesto Navarro, a quem, aliás, o ligavam laços de amizade. ----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que era a primeira vez que, neste mandato, se dirigia à Assembleia Municipal e, com o devido respeito pelas instituições, desejava, em primeiro lugar, dar uma palavra de bom mandato e de bom trabalho a todos os Deputados Municipais, em particular à Sra. Presidente e Secretários da Mesa, e também a todos os funcionários da Assembleia, para bem de Lisboa. Portanto, fazia votos de bom trabalho para este período de quatro anos, que

não seria interrompido, porque ao longo desse período de tempo muito haveria a fazer, como sempre foi feito no passado, em prol da melhoria da qualidade de vida de todos os lisboetas. -----

----- A sua segunda palavra era para aqueles Deputados Municipais que terminaram o mandato e que já não estavam na Assembleia Municipal, que também deram muito deles próprios no passado, especialmente no mandato dos últimos quatro anos. Para eles uma palavra de apreço, de amizade também, e de reconhecimento e agradecimento pelo trabalho que desenvolveram. Uma palavra especial ao Sr. Deputado Municipal Modesto Navarro, que tão bem conduziu a Assembleia no tempo em que foi Presidente, como também, obviamente, ao Dr. João Amaral que todos recordavam com saudade. -----

----- Disse, depois, que tinham pela frente quatro anos de trabalho, quatro anos em que se iria dar cumprimento àquilo que foi a expressão de voto dos lisboetas. Os lisboetas escolheram, e escolheram, do seu ponto de vista e pela primeira vez desde há muitos anos, perante um espectro de oferta partidária como nunca houve. Portanto, puderam escolher para as freguesias, para a Assembleia e para a Câmara de acordo com quase todas as sensibilidades políticas que neste momento existiam em Portugal e em Lisboa, o que lhes dava uma maior responsabilidade para o mandato que lhes foi conferido, nas freguesias, na Assembleia e na Câmara. -----

----- Manifestou depois a sua firme vontade em cumprir, escrupulosamente, o respeito institucional pelos órgãos autárquicos, e cumprir, na medida do possível, tudo aquilo que fosse desejável e necessário fazer para melhoria da cidade, em particular o programa que esteve na base da candidatura e que merecera um voto muito alargado de acolhimento. -----

----- Referiu que tinha a noção, melhor hoje do que há quatro anos, da necessidade de trabalhar em conjunto com as Juntas de Freguesia e com a Assembleia Municipal. Era isso que as pessoas lá fora muitas vezes não conheciam tão bem, se calhar não tinham que conhecer, mas também não queriam conhecer muitas delas. Queriam era que a Câmara, no seu todo, – “e a Câmara no seu todo somos todos nós” – resolvesse os seus problemas. E era por isso que não se cansaria de se desdobrar em iniciativas para que assim fosse, de uma forma articulada, permanente e intensa porque muito havia ainda que fazer na Cidade de Lisboa. -----

----- Referindo-se à Moção apresentada pelo PCP sobre o Orçamento de Estado, disse que semelhante Moção tinha sido apresentada em Sessão de Câmara e foi pelo PSD votada favoravelmente, na consciência de que, efectivamente, havia fortes motivos de preocupação relativamente às implicações que podia ter na vida das autarquias, e em particular na de Lisboa, aquilo que estava consagrado em Orçamento de Estado, reconhecendo, embora, o contexto nacional e internacional de contenção, de rigor, de preocupação até como se podia ver por exemplos recentes na Alemanha. -----

----- No entanto, tendo noção disso tudo, não queria também deixar de dizer que não foi por essas razões que votaram favoravelmente a Moção, mas sim por haver implicações directas nas autarquias, em particular em Lisboa, que os preocupavam sobremaneira. -----

----- Mas o essencial, no que tocava à questão de rigor, de contenção, de exigência de cumprimento de objectivos, de clareza e de transparência nas propostas e na execução orçamental, era subscrito pela Câmara, e isso estaria presente quando apresentassem, na Assembleia, a proposta de Plano de Actividades e Orçamento para 2006. Como se recordariam não tiveram orçamento aprovado em 2005, justamente, se calhar, por algumas das razões que hoje ali foram aduzidas para a defesa do Orçamento de Estado apresentado há duas semanas na Assembleia da República. Mas apresentariam à Assembleia um orçamento realista, pragmático, adequado e ajustado às circunstâncias. Não esqueceriam, na altura, todas as palavras que ali foram ditas a propósito desta Moção. -----

----- Sobre o projecto do novo aeroporto, disse que muito se tem falado disso nos últimos dias mas não ia abordar hoje essa matéria, até porque Câmara não tinha informação nenhuma sobre o que se estava a passar. Viram hoje, através da comunicação social, mais notícias sobre o assunto, o qual continuavam a desconhecer, pese embora já tivessem feito, oficialmente, um pedido de informação sobre o que se passava relativamente a essa matéria que era muito importante para a Cidade de Lisboa e para a sua Área Metropolitana, como para o próprio País. -----

----- Tempos houve em que se pediram referendos populares por muito menos, pelo que daria que pensar se não poderia haver lugar também a um referendo nacional sobre esta matéria. -----

----- Prosseguindo, disse que queria agradecer os votos que lhe chegaram de várias forças políticas, não só daquela que o apoiou, porque sabia que foram sentidos, foram genuínos, e porque já se conheciam melhor uns aos outros isso dava-lhes maior à-vontade para dialogar. Ao Deputado Municipal Miguel Coelho, que reconheceu essa sua característica, diria que com certeza continuaria com todo o gosto e com toda a convicção porque era assim que se resolveriam os problemas. Um diálogo construtivo, não um diálogo improdutivo, na firme vontade de resolver os problemas. -----

----- Seria assim a postura na Câmara, seria assim também junto da Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia. Não tinham muito tempo, os mandatos de quatro anos havia quem dissesse que eram curtos, mas curtos seriam, seguramente, quando se adia a resolução dos problemas. A Câmara estava a começar a trabalhar, as delegações de competências já foram assinadas por si, porventura não teriam chegado ainda ao conhecimento da Assembleia, mas não queriam perder muito tempo. -----

----- Portanto, pese embora em ano de eleições haver circunstâncias que assim o determinassem, queriam trazer à Assembleia, o mais breve possível, a proposta de Plano de Actividades e Orçamento para 2006, instrumentos fundamentais para a gestão da Câmara, obviamente com atenção especial a toda a cidade, às Juntas de Freguesia também, mas um envolvimento da sua parte que deveria ser mais responsabilizado pelas Juntas de Freguesia. -----

----- Disse, ainda, que era com esta abertura, com esta disposição e com estas ideias vertidas no programa, porque o programa nunca era exaustivo relativamente ao que se fazia e àquilo que se executava durante o mandato, que toda a equipa estaria de corpo

inteiro para se ajudarem uns aos outros, por bem da Cidade de Lisboa, nos próximos quatro anos. -----

----- Bem-hajam, felicidades para vós todos, o nosso sucesso é o sucesso da Cidade de Lisboa, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que foi com alguma perplexidade que assistira à intervenção de abertura do Sr. Presidente da Câmara na Assembleia Municipal, porque pensava que da mesma maneira que surpreendera, e na sua opinião bem, os lisboetas no discurso da sua tomada de posse quando referira que, em termos políticos, era inaceitável ... -----

----- **A Senhora Presidente**, interrompendo o orador, recordou-lhe que tinha pedido a palavra para um pedido de esclarecimento, ao que este respondera que estava a fazer a introdução para isso mesmo, retorquindo a Sra. Presidente que os pedidos de esclarecimento, como com certeza saberia, não comportavam introduções. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, retomando o uso da palavra, disse que era uma interpretação possível, mas, embora discordasse dela, iria directo ao pedido de esclarecimento. -----

----- Disse, então, que gostava de saber do Sr. Presidente da Câmara por que era que havendo hoje uma conferência na Cidade de Lisboa, precisamente sobre o tema que constituía o único facto político concreto do discurso da tomada de posse, concretamente a construção do futuro Aeroporto Internacional da Ota, na sua primeira intervenção na Assembleia Municipal não seguira a metodologia política que adoptara no seu discurso da tomada de posse. Ou seja, ter uma atitude mais interventiva, mais pró-activa e mais concreta relativamente a essa questão. -----

----- Referiu que pessoalmente esperava ouvir da parte do Sr. Presidente da Câmara uma manifestação clara de vontade para calendarizar um debate em Lisboa sobre uma matéria em relação à qual o Governo, aparentemente, passava um atestado de ignorância à Câmara Municipal, e ficavam todos um tanto perplexos porquanto existia uma conferência feita pelo Governo, feita pelos futuros patrões do Aeroporto Internacional de Lisboa, a decorrer na cidade, e o Sr. Presidente da Câmara vinha à Assembleia Municipal referir que não tinha nada a dizer sobre essa matéria. -----

----- Quanto a si, uma reacção mínima da Câmara Municipal, desde logo sinalizando a necessidade de lançar um debate público na Cidade de Lisboa sobre o futuro Aeroporto Internacional, seria uma resposta política à altura desse atestado de ignorância que o Governo passara, hoje mesmo, aos órgãos municipais da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, disse que talvez o Deputado Municipal Heitor de Sousa não estivesse de posse de toda a informação rigorosa, porque falta de respeito tem tido o Governo relativamente à Câmara Municipal de Lisboa sobre essa matéria. Falta de respeito, porquanto vinha anunciando uma série de intenções sobre o Aeroporto da Portela, que se situava em Lisboa, em terrenos da Câmara de Lisboa concessionados

para uma estrutura aeroportuária, e essas intenções foram tornadas públicas sem ter havido uma palavra, por escrito ou oral, à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Foi por isso que no discurso do acto da instalação tomara a iniciativa de rejeitar e repudiar de uma forma muito peremptória essa atitude. Recordou que na altura disse que ia solicitar a realização de uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal só para debater esse assunto. -----

----- Relativamente à conferência que o Deputado Municipal Heitor de Sousa acabara de referir, disse que não ia participar numa conferência para ser assistente da mesma, porque, de facto, foi convidado para ser assistente. Se fosse para participar estaria lá hoje com autorização da Assembleia Municipal de Lisboa, mas para assistir apenas e receber informação mandara uma assistente sua, a Directora do Planeamento Estratégico da Cidade de Lisboa, que traria a informação. -----

----- Disse que já hoje fez um comunicado a exigir ao Governo que prestasse todas as informações que tinha e que a Câmara não conhecia, porque isso era o mínimo que podia acontecer. Aliás, vinha hoje uma notícia no Jornal de Notícias que referia uma coisa extraordinária: dizia que a ANA que, com a Câmara Municipal de Lisboa, desenvolveria uma sociedade, depois de encerrado o Aeroporto da Portela, que trataria do desenvolvimento imobiliário da Portela e da descontaminação dos terrenos. Bom, ficaram a saber, entre outras coisas, que havia contaminação dos terrenos, o que pessoalmente não sabia, e, se havia contaminação, era extremamente grave que houvesse essa informação que vinha hoje no Diário de Notícias, porque a Câmara não sabia e então teria que exigir que apresentassem as informações para que desde já fossem tomadas as medidas e assumidas as responsabilidades da contaminação dos terrenos por uma utilização a que, seguramente, a Câmara Municipal de Lisboa foi alheia nestes anos todos. -----

----- Efectivamente ficara estupefacto e fizera alusão a isso na sua nota para a imprensa, dizendo que achava extraordinário que sabendo-se que havia hoje contaminação se propusesse a sua resolução para o dia em que o aeroporto saísse da Portela, porque, até lá, poderia estar contaminado à vontade! Bom, só a partir da altura em que o aeroporto saísse da Portela é que seria feita a descontaminação, e aí queriam que fosse a Câmara a pagar também. -----

----- Achava isso no mínimo extraordinário, mas, enfim, de toda essa matéria dava nota na sua comunicação à imprensa, e o Deputado Municipal Heitor de Sousa, como todos os Deputados Municipais, podiam ficar tranquilos porquanto, não tendo nada contra o Aeroporto da Ota, defenderia, intransigentemente, a importância de um aeroporto internacional em Lisboa. Podiam contar consigo em relação a isso. -----

----- **O Deputado Municipal Fernandes Marques (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Brito, referiu que era caso para dizer que mudavam os tempos mudavam-se as vontades. Houve na Assembleia da República, durante muitos anos, um partido que, com grande vivacidade, exigia sempre o cumprimento da Lei das Finanças Locais, mas hoje, porque havia dificuldades, porque havia problemas, porque porventura eram afectados recursos que não àquelas a que deveriam ser, cortava-se nas autarquias locais. -----

----- De facto, achava interessante que membros da Assembleia Municipal fizessem ali afirmações que se pudessem congratular, era o termo, com a diminuição das verbas para as autarquias locais. -----

----- Para além dos impostos que aumentaram, nomeadamente o IVA, para além das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações terem aumentado 3%, as verbas a distribuir pelas autarquias locais, que foram o grande sucesso do Portugal Democrático, hoje estavam de facto esquecidas. -----

----- Disse, em nome do Grupo Municipal do PSD, que iriam votar favoravelmente os n.ºs 1 e 2 da Moção do PCP, mas quanto aos n.ºs 3 e 4 entendiam que apesar de tratar de matérias que poderiam interessar à Assembleia Municipal, elas, fundamentalmente, eram da área de competência do Governo e, por isso, iriam abster-se. -----

----- Por outro lado, dando sequência ao pedido de contenção de despesas, o PSD iria votar contra a publicação da Moção nos órgãos de comunicação social, como, aliás, já vinham fazendo nos últimos tempos. A comunicação social estava presente e assistia aos debates, portanto tinha todas as condições para transmitir à população qual foi o sentir da Assembleia Municipal de Lisboa a respeito dessa matéria. -----

----- Referiu, ainda, que tem visto nos jornais responsáveis da ANMP e da ANAFRE, que envolviam pessoas ligadas às mais diversas áreas políticas, nomeadamente da parte da ANMP, manifestaram-se contra a posição do Governo na Assembleia da República, de não aceitar, não querer cumprir a Lei das Finanças Locais. Se iam por esse caminho amanhã deixaria de se cumprir outra coisa qualquer, e as pessoas, as instituições, não sabiam mais as linhas com que se cosiam, e assim não iam a lado nenhum. Não era assim que se criava confiança, não era assim que podiam melhorar a vida de todos os portugueses, e de uma forma especial daqueles mais carenciados. -----

----- Por fim, disse que algumas Juntas de Freguesia, nomeadamente a sua, para que o programa da PSP, “Escola Segura”, fizesse algumas coisas ia tirar fotocópias à Junta porque a PSP não tinha dinheiro para isso; havia iniciativas das escolas dependentes do Ministério da Educação que iam à Junta para que a Junta pudesse subsidiar determinadas iniciativas, porque as escolas não tinham dinheiro para isso. Bom, se iam por aí, aquilo que teriam que dizer, como já outros dirigentes autárquicos disseram, era que iriam deixar de financiar a Administração Central. Porque se lhes estavam a retirar verbas teriam que cortar em algum sítio, e então iriam cortar o financiamento às actividades das instituições da Administração Central que, pelos vistos, não sabia gerir os recursos de que dispunha. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves da Silva (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, no uso da palavra, depois de dar os parabéns à Sra. Presidente pela sua eleição e desejar-lhe as maiores felicidades para o mandato que agora começava, disse que ia falar do posicionamento que o PSD iria ter relativamente à Moção n.º 2, apresentada pelo PCP, e também à Moção n.º 4, apresentada pelo BE. -----

----- Aludiu então aos bairros municipais, dizendo que municipais ou sociais era como quisessem chamar-lhe porque foi um termo utilizado até hoje mas se o queriam mudar não via mal nenhum nisso como também não via nenhum inconveniente. Realmente a

cidade perdera habitantes nas últimas décadas, embora o PCP – que apresentou a Moção n.º 2 sobre essa matéria – a par do PS não pudesse deixar de assumir que era também um dos grandes responsáveis por essa situação. No anterior mandato foram já iniciados uma série de programas que visavam travar esse fenómeno, a construção de habitação para jovens a custos controlados e outros programas que teriam já alguns resultados e teriam também, a breve prazo, resultados mais visíveis.

----- Quanto à recuperação do edificado, e isso não âmbito da reestruturação da malha urbana e da diminuição das assimetrias que existiam na Cidade de Lisboa, esqueciam-se com certeza, neste caso o PCP, que foram efectuadas no anterior mandato uma série de intervenções, nomeadamente pela Câmara Municipal mas também pela GEBALIS, empresa que geria nesta altura cerca de 70 bairros municipais.

----- A título de exemplo, lembrou alguns bairros que então foram requalificados, designadamente o Bairro 6 de Maio, o Bairro das Calvanas, o Bairro da Flamenga, o Bairro das Laranjeiras, o Bairro do Condado, o Vale de Alcântara, o Bairro do Armador, o Bairro D. Leonor e o Bairro das Salgadas entre muitos outros. Ou seja, o PCP lembrou-se agora da necessidade de reabilitar os bairros sociais, mas o PSD não, o PSD já há quatro anos se tinha lembrado e iniciado esse trabalho.

----- Quanto ao programa de prevenção a situações de risco, disse que foi no âmbito da GEBALIS que nos últimos quatro anos foi alargada a rede dos gabinetes de bairro, gabinetes de apoio directo às populações, que hoje tinha uma abrangência que não havia há quatro anos atrás quando a coligação, onde o PSD se incluía, tomara conta disso.

----- Por outro lado e independentemente disso, foram também criadas equipas de intervenção rápida que davam apoio a pequenas reparações; foi criado o projecto de apoio às famílias desestruturadas; e também o anterior Executivo dera origem à criação do programa ECO, gabinetes que apoiavam a integração social das famílias desestruturadas e davam apoio aos grupos de risco. Provavelmente o PCP estava desatento e também não se lembrara de dizer isso.

----- E, para além disso, havia uma série de projectos. No âmbito da toxicod dependência havia o “Programa Intervir”, tinham o “Programa Roda” a que as próprias Juntas de Freguesia têm aderido e apoiado. Portanto, política existia e linha condutora também, não se podia agora ali dizer que não existia.

----- Prosseguindo, disse que era importante também salientar que para recomendar uma nova política era preciso que uma política não existisse, mas ela existia efectivamente o que acontecia era que o PCP não a queria assumir. Falavam muito em guetização, exclusão social, realojamento desenfreado, e quanto a isso pretendia lembrar que os grandes responsáveis pelo realojamento desenfreado, pela guetização, pela ausência de estruturas de apoio social, precisamente as situações que agora vinham reclamar, eram justamente o PCP e o PS que tiveram a seu cargo a grande maioria do realojamento na Cidade de Lisboa. Portanto, uma vez mais esqueceram-se desses factos, e por isso estava a relembrá-los.

----- Era bom que se dissesse que nos últimos quatro anos se fez muito no apoio aos bairros municipais. Poder-se-ia fazer mais? Com certeza que sim! O PSD queria que

se fizesse ainda mais e com certeza iria haver grande empenhamento da parte da responsável pela área, Eng^a Gabriela Seara, Vereadora com o Pelouro da Habitação Municipal. Estava certo que iriam continuar a melhorar a reestruturação da malha urbana e, no mesmo sentido, apoiar socialmente cada vez mais as populações mais carenciadas dos bairros sociais ou municipais. -----

----- Referindo-se à intervenção do BE, disse que não deviam vaticinar as desgraças de outros e cenários que neste momento não existiam. Esse não era o cenário em Lisboa e têm feito o melhor possível para que não se chegue a esse caso. Iam continuar a trabalhar no sentido de criar mais projectos e não destruir os que já estavam criados, melhorar aquilo que se podia melhorar, criar opções de apoio social, continuar com o apoio social que o actual Presidente da Câmara sempre privilegiara. -

----- Terminou a intervenção dizendo que o Sr. Presidente da Câmara e a Vereação podiam contar com o Grupo Municipal do PSD, pois o objectivo era comum: melhorar Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, perguntou ao orador anterior se quando aludiu ao trabalho que foi feito se estava a referir aos concertos com o Toy e outros artistas nos bairros sociais, às festas organizadas e aos passeios a Fátima em que não se articulava com ninguém e com nada, ou se se estava a referir a projectos como a ECO e os gabinetes locais que não articulavam sequer com as Juntas de Freguesia e com todos os parceiros que funcionavam nos bairros e que faziam no mesmo dia e à mesma hora as mesmas iniciativas que um conjunto significativo de instituições estavam a fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves da Silva (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, em resposta ao pedido de esclarecimento disse que o Deputado Municipal Paulo Quaresma, ilustre Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, com certeza teria dado a melhor atenção à sua Junta de Freguesia mas esquecer-se que um dos bairros que foi muito privilegiado com a acção da reabilitação, por exemplo, foi o Bairro Padre Cruz. Com certeza iria dizer que não, não lhe pedia que dissesse muito bem daquilo que foi feito no mandato anterior, mas se calhar não dizer nada já seria satisfatório. -----

----- Portanto, o Bairro Padre Cruz era um grande exemplo da reabilitação que foi feita. Com certeza queria mais, mas era óbvio que também o PSD queria mais e tinham a promessa do Sr. Presidente da Câmara que iria resolver, por exemplo, a questão das alvenarias que era um grave problema. Agora, o Deputado Municipal Paulo Quaresma não podia dizer ali que não havia acção feita, principalmente na sua freguesia, num grande bairro como era o Bairro Padre Cruz. -----

----- **O Deputado Municipal Álvaro Carneiro (PSD)**, no uso da palavra, disse que ia tecer um pequeno comentário à Moção/recomendação apresentada pelo BE, sobre a questão do despedimento colectivo dos 31 trabalhadores da Expo. -----

----- Disse, então, que como todos sabiam a área do social era muito sensível ao PSD, e a ele particularmente como representante dos TSDs, mas a Moção não era explícita e não acatava directamente responsabilidades à Câmara Municipal de Lisboa. Parecia-

lhe que a responsabilidade do possível despedimento dos 31 trabalhadores caberia, essencialmente, ao Governo ou à Parque Expo. -----

----- Portanto, não poderiam estar de acordo com essa Moção/recomendação na justa medida em que ela iria ainda agravar os problemas de funcionamento da Câmara com mais esses trabalhadores. Era evidente que eles tinham direito ao trabalho, o Governo deveria resolver esse problema atempadamente, devia haver estabilidade laboral em todos os locais de trabalho, especialmente na Parque Expo, mas também devia haver estabilidade laboral na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Por conseguinte, o PSD não podia estar de acordo com a referida Moção. -----

----- **A Senhora Presidente**, antes de passar à votação, esclareceu a Assembleia que deram entrada na Mesa, para além das quatro moções que foram distribuídas e que iam ser votadas, mais seis moções que foram recusadas porquanto entraram fora da hora regimental. -----

----- A Mesa trazia o assunto à colação para fazer presente aos Deputados Municipais que o critério seria esse. Ou seja, tudo o que desse entrada depois da hora regimental, a não ser uma situação absolutamente excepcional – que nem sequer sabia prefigurar – depois de ouvida a Conferência de Representantes é que seria aceite. -----

----- Portanto, iam ter no futuro essa orientação. A Mesa ia ser muito rígida nisso porque entendia que depois os Deputados Municipais não teriam tempo para se inteirarem dos conteúdos dos documentos. -----

----- E o mesmo favor pedia a Mesa à Câmara Municipal de Lisboa, no sentido da apresentação atempada das propostas, porque a Assembleia calendarizaria também as suas actuações e os seus eventos em ordem a permitir uma concatenação eficaz. -----

----- Seguidamente, iniciou o processo de votação das moções. -----

----- A **Moção n.º 1**, apresentada pelo PCP, a pedido do PSD foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE e PEV, e votos contra do PS e CDS-PP. -----

----- Rejeitar o ponto 3, por maioria, com votos contra do PS e CDS-PP, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD. -----

----- Rejeitar o ponto 4, por maioria, com votos contra do PS e CDS-PP, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD. -----

----- Rejeitar o ponto 5, por maioria, com votos contra do PSD, PS e CDS-PP, e votos favoráveis do PCP, BE e PEV. -----

----- Relativamente à **Moção n.º 2**, apresentada pelo PCP, a **Senhora Presidente** anunciou que ela teve as seguintes alterações: -----

----- O ponto 1 ficou com a seguinte redacção: -----

----- “1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa uma maior e efectiva intervenção nos Bairros *de habitação maioritariamente municipal*, com vista à recuperação dos edifícios degradados. -----

----- O ponto 3 ficou com a seguinte redacção: -----

----- 3. Uma política de inclusão *das pessoas* para a cidade, com a criação de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento local e comunitário.” -----
----- Para uniformização do texto, a **Senhora Presidente** propôs, e foi aceite, a seguinte alteração para o último parágrafo dos considerandos: -----
----- “Neste contexto, importa estudar e analisar a situação dos Bairros *de habitação maioritariamente municipal* de Lisboa, alguns bastante degradados sob o ponto de vista do edificado, mas sobretudo pela falta de serviços públicos e de equipamentos sociais (ou do seu não aproveitamento), gerando situações potenciadoras de tensões sociais.” -----
----- (**Nota:** a itálico estão as alterações que foram introduzidas ao texto inicial) -----
----- Submetida à votação, foi a referida Moção rejeitada, por maioria, com votos contra do PSD e votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV. -----
----- **A Moção n.º 3**, apresentada pelo BE, submetida à votação foi rejeitada, por maioria, com votos contra do PSD e do CDS-PP, e votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV. -----
----- **A Moção n.º 4**, também apresentada pelo BE, submetida à votação foi rejeitada, por maioria, com votos contra do PSD, e votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV. -----
----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)** fez a seguinte declaração de voto:-
----- “O Partido Socialista votou favoravelmente a Moção n.º 2, que tem a ver com a reabilitação urbana, com a reabilitação de bairros maioritariamente construídos pelo Município, e votamo-la favoravelmente porque pensamos que ela consagra a inclusão e a inserção das populações. -----
----- Recomenda, ainda, que a Câmara invista na reabilitação urbana e seja um exemplo reabilitando os imóveis de sua propriedade. -----
----- Evocamos aqui também que para termos inclusão e inserção – e por isso votamos esta Moção – a Câmara Municipal tem grande responsabilidade, tem tido sempre e tem agora, para que as populações que são acolhidas nesta cidade, que constroem a cidade e que fazem a cidade, tenham os mesmos direitos que aqueles que já cá habitam há muito tempo. -----
----- Devemos saber acolher todos e todas, por isso que nós votamos favoravelmente, porque não entendemos de outra forma a inclusão e a reabilitação urbana. Os direitos são iguais, e quem não entende assim que veja a televisão e veja o que aconteceu em França.” -----
----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----
----- “Exprimir aqui alguma preocupação em relação a esta primeira experiência nesta primeira Sessão da Assembleia Municipal, porque, de facto, não só se impede a publicação, neste caso parcial de uma Moção, como se vota contra duas moções que trazem aqui preocupações com o que se passa nesta cidade. -----
----- Nós sabemos, obviamente, que houve uma política de destruição dos bairros de barracas e construção de habitação para as pessoas que estavam nessas áreas, e deu-se um passo importantíssimo na Cidade de Lisboa. É indiscutível que se deveria ter

cuidado mais dos equipamentos, da criação de condições de vida das pessoas, mas, enfim, compete ao Município, compete às entidades responsáveis, juntar esforços para que esses problemas sejam resolvidos, porque já existem. -----

----- E os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados sabem que já existem na Cidade de Lisboa algumas zonas com situações de grande violência, vêm nos jornais, e de extremas dificuldades. -----

----- Portanto, não entendemos que se vote contra essas duas moções porque nós não obrigamos a Câmara Municipal, recomendamos que a Câmara Municipal tome esta matéria como matéria importante da cidade. -----

----- E votar também contra uma Moção que tem a ver com 31 trabalhadores da Parque Expo que se vêm a braços com um despedimento, é um mau presságio para esta Assembleia, e daí o nosso protesto.” -----

----- Nesta altura a **Senhora Presidente** chamou o Deputado Municipal João Bau para fazer a declaração de voto, tendo, entretanto, a **Deputada Municipal Ana Drago (BE)** referido que o Deputado Municipal João Bau tinha pedido para fazer uma intervenção anteriormente para rebater alguns argumentos apresentados pela bancada do PSD, entretanto seguira-se a votação das moções pelo que agora essa justificação política já não tinha sentido. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu dizendo que para prevenir situações análogas e dúvidas não restassem, quando algum Sr. Deputado Municipal entendia que pediu a palavra e a Mesa, porque não tinha da condução dos trabalhos uma perspectiva de omnisciência, se não apercebia disso, os Srs. Deputados Municipais não tinham mais que fazer presente isso à Mesa, porque a Mesa imediatamente remediaria a situação. Esse era um favor que a Mesa pedia aos Srs. Deputados Municipais. Neste caso concreto, se a Mesa se tivesse apercebido antes de se passar à votação das moções, obviamente teria dado a palavra, mas agora, se assim o pretende-se, dava-lha para remendar aquilo que fosse possível remendar utilizando os seus dois minutos. -----

----- Seguidamente, dado que o Deputado Municipal João Bau não quis intervir, agradeceu as palavras que foram dirigidas à Mesa por todos os Grupos Municipais e deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 - Verificação da identidade e legitimidade dos eleitos que hajam faltado, justificadamente, ao acto de instalação;** -----

----- **Ponto 2 - Discussão do horário em que se devem realizar as sessões/reuniões da Assembleia Municipal de Lisboa;** -----

----- **Ponto 3 - Discussão e deliberação sobre a iniciativa proposta pela Mesa, a tomar pela Assembleia Municipal de Lisboa, junto da Câmara Municipal de Lisboa, solicitando a afectação de meios para apoio aos Grupos Municipais;** -----

----- **Ponto 4 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 6º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.** -----

ORDEM DO DIA

----- **PONTO 1 - VERIFICAÇÃO DA IDENTIDADE E LEGITIMIDADE DOS ELEITOS QUE HAJAM FALTADO, JUSTIFICADAMENTE, AO ACTO DE INSTALAÇÃO.** -----

----- A matéria referente a este ponto foi tratada no início desta reunião conforme consta a páginas dois desta acta. -----

----- **PONTO 2 - DISCUSSÃO DO HORÁRIO EM QUE SE DEVEM REALIZAR AS SESSÕES/REUNIÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA.** -----

----- **A Senhora Presidente** disse que não escondia à Assembleia, e pedia alguma sensibilização para o facto, que efectivamente os Srs. Deputados à Assembleia da República se viam constantemente confrontados com a impossibilidade de estarem presentes nas reuniões da Assembleia Municipal, visto terem reuniões às terças-feiras. A questão foi discutida em Conferência de Representantes, cabal e adequadamente discutida, mas deixando dúvidas a todos. -----

----- Era uma decisão que podia ter sido tomada, quase que diria unilateralmente, mas atendendo às razões e atendendo à diversidade inicial de opiniões, entendeu-se que era um debate e não uma deliberação que se devia fazer. Isso porque a ideia era continuar o processo evolutivo de dignificação da Assembleia Municipal, um processo nunca concluído como se entenderia, e era evidente que a participação dos Srs. Deputados Municipais que também eram Deputados à Assembleia da República enriquecia os debates. -----

----- Foram pensadas em Conferência de Representantes variadíssimas alternativas, chegara-se a encarar a possibilidade de realizar as reuniões à noite, mas na Conferência de Representantes de hoje a alternativa que gerara mais consenso foi a sexta-feira, porém nada ficara estabilizado, não ficara adquirida nenhuma data alternativa. -----

----- **A Deputada Municipal Maria de Belém (PS)**, no uso da palavra, começou por saudar a Sra. Presidente pela sua eleição, desejando-lhe as maiores felicidades no mandato, assim como aos membros da Mesa, saudação que estendeu a todos os Deputados Municipais. -----

----- Depois, disse que durante o período de Antes da Ordem do Dia, em que teve ocasião de assistir ao desenrolar dos trabalhos da Assembleia, verificara a incomodidade que resultava da localização do púlpito onde ele estava, pelo que, uma vez que as questões práticas também tinham alguma importância, desde já pedia à Mesa para ponderar uma eventual alteração ao seu posicionamento. -----

----- **A Senhora Presidente**, interrompendo a oradora, disse que estava já compreendida a incomodidade, que se fazia sentir principalmente pela Mesa, pelo que se a Sra. Deputada Municipal quisesse usar da palavra no outro púlpito, podia fazê-lo. -----

----- **A Deputada Municipal Maria de Belém (PS)**, retomando o uso da palavra, agora já no púlpito situado no palco, agradeceu e disse que assim era melhor, via-se melhor a assistência e podia-se dirigir à Mesa numa posição de respeito protocolar, como, aliás, devia ser encarada a relação entre quem presidia e quem expunha as suas questões para serem debatidas perante todos, Mesa e Assembleia. -----

----- Quanto ao ponto em discussão, disse que na sequência da eleição para a Assembleia Municipal, e uma vez que tinha sido também eleita Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde, confrontara-se com o facto de, pelos arranjos decorrentes do início da Legislatura, não haver outro dia para a reunião da Comissão de Saúde que não fosse a terça-feira à tarde. Entendera falar com o seu Grupo Parlamentar por considerar, não por comodidade sua como era evidente, mas porque a terça-feira à tarde implicava uma quebra nas rotinas de trabalho, uma vez que uma coisa eram as rotinas da Assembleia da República e outra eram as rotinas de trabalho de quem desenvolvia outras actividades tão merecedoras de respeito e consideração como a de Parlamentar na Assembleia da República e, portanto, seguindo o exemplo do que acontecia noutras assembleias municipais, encontrar um horário que fosse mais conjugável com todas as responsabilidades que no exercício desta função tinham, uma vez que não faziam apenas isto, não era uma profissionalização de uma actividade, e como tal era preciso conciliá-la com todas as outras. -----

----- E, nesse sentido, para a bancada do PS seria adequado qualquer dia que não a meio da semana. Estaria absolutamente de acordo com a sexta-feira à tarde, uma vez que podia permitir uma arrumação dos tempos de trabalho de uma forma mais adequada àquilo que uma programação devia ser. -----

----- Por outro lado, estavam também de acordo com uma revisão dos tempos e do Regimento da Assembleia Municipal, porque sabendo-se aquilo que se passava noutros órgãos da mesma natureza, não só em Portugal como noutros países, e considerando que o tempo era cada vez mais um recurso escasso e tudo o que era escasso era precioso, que os próprios Deputados Municipais se habituassem à organização das suas intervenções de uma maneira mais efectiva, menos cheia de floreios e que permitisse ir direito ao assunto, para se conseguir rentabilizar o tempo de todos. -----

----- Também para os munícipes que se quisessem dirigir à Assembleia, e que era de todo o interesse ouvi-los, seria importante que, com intervenções curtas mas eficazes, indo direito ao ponto, se pudesse aproveitar melhor os tempos. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, começou por dizer, num ponto prévio quanto à localização do púlpito, que a sua implementação foi objecto de um processo democrático e de grande negociação na Conferência de Representantes, e como se lembrariam os Deputados Municipais que estavam na Assembleia no mandato passado, o púlpito, nas duas últimas sessões, estava colocado de forma a fazer um triângulo com o Presidente da Mesa, o orador e o Presidente da Câmara. Tinha-se voltado agora a uma situação que foi logo inutilizada na primeira tentativa e, portanto, havia uma não memória daquilo que foi adquirido. Antes de facto havia dois púlpitos, mas considerou-se que se teria de reforçar as escadas visto oferecerem por vezes condições de grande insegurança, no subir e no descer, além de que por vezes falhava um dos microfones. E a presente solução dava possibilidade de uma boa audição, falando-se até mais próximo da própria Câmara. Agora, a colocação é que teria que ser feita cerca de dois metros para a esquerda. Mas, enfim, a Mesa

decidiria, e certamente bem. Só desejava esclarecer que era outra a localização que foi discutida e aprovada pela Conferência de Representantes. -----

----- Quanto à matéria em discussão, disse que na proposta inicial, de passagem das reuniões para a segunda-feira, o PCP tinha de imediato a impossibilidade de participação de duas eleitas directas na Assembleia Municipal. A terça-feira não era um hábito, era o resultado de um longo caminho que a Assembleia Municipal percorreu, uma vez que tinha reunido à noite e à tarde, à quinta-feira, tendo em determinada altura passado para a terça-feira. Não era um hábito, os hábitos perdiam-se rapidamente. -----

----- Havia a possibilidade de passar as reuniões para a noite, o que era complicadíssimo e até de certo modo desprestigiante, entre aspas, para a Cidade de Lisboa. As reuniões deviam ser feitas durante o dia. Se não pudesse continuar a ser à terça-feira, o PCP não tinha grandes problemas em relação à sexta-feira, mas chamava a atenção para uma questão, tendo em conta as práticas bem portuguesas, de que a sexta-feira era o início do fim-de-semana e provavelmente iria assistir-se, a partir das cinco ou seis horas da tarde, ao abandono de alguns Deputados Municipais. -----

----- O PCP defendia a manutenção da terça-feira, mas, se tivesse que ser, aceitava a sexta-feira. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PSD)**, no uso da palavra, disse que quase pensara estar numa assembleia da liga de futebol a discutir o calendário das equipas A ou B, quando, de facto, estavam numa Assembleia que tinha a sua finalidade e parecia-lhe deprimente estar-se a condicionar os seus horários à Assembleia da República. A Assembleia da República tinha a sua categoria e os seus valores, não estava em causa se eram melhores ou piores, mas a Assembleia Municipal tinha responsabilidades perante o povo de Lisboa e era isso que tinha que cumprir. -----

----- Parecia-lhe lamentável que partidos grandes não fossem capazes de arranjar pessoas para a Assembleia da República e outras para a Assembleia Municipal, sem necessidade de recorrerem a pessoas que tivessem que estar nos dois lados e que depois acabavam por criar alguma confusão. -----

----- Pela sua parte, era-lhe indiferente o dia da reunião. Vivia do trabalho e qualquer que fosse o dia teria que alterar a sua vida para estar presente na Assembleia Municipal, mas quando aceitara o compromisso de fazer parte de uma lista, em lugar que à partida era elegível, já sabia o que o esperava. Por isso, que não se viesse agora condicionar a sua vida por causa dos horários da Assembleia da República. -----

----- **A Deputada Municipal Maria de Belém (PS)** disse que solicitara a palavra para dar um esclarecimento, pois, de facto, referira expressamente que ser Deputada da Assembleia da República ou exercer qualquer actividade era irrelevante, e que lhe parecia que era mais programável a vida das pessoas, precisamente porque não estando ninguém como Deputado Municipal a tempo inteiro seria mais programável a actividade das pessoas se ela coincidissem com o princípio ou o fim da semana. -----

----- Não deviam, como era óbvio, os Deputados à Assembleia da República reclamar qualquer estatuto especial, mas considerava que, em termos genéricos, era mais

programável a vida das pessoas de acordo com uma alteração no sentido que referira. Por isso, seria bom que, quando se invocarem argumentos, eles se invocassem adequadamente e respeitando não só o espírito como a voz de quem os invocou. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PSD)** respondeu que não tinha feito juízos de valor sobre a valia dos Deputados de um lado e do outro, mas sempre queria dizer que a Assembleia da República não reunia às segundas nem às sextas-feiras por causa do fim-de-semana. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que começava por dar um esclarecimento ao Deputado Municipal Ferreira Pereira e a alguma reacção alérgica que pudesse ter havido em relação à condição de Deputado da Assembleia da República. Também era Deputado na Assembleia da República e Deputado Municipal e nunca tinha faltado à Assembleia Municipal pelo facto de ser Deputado à Assembleia da República. -----

----- Por outro lado, como bem esclarecera a Deputada Municipal Maria de Belém, o pedido de alteração do dia das reuniões não era por causa da condição de ser Deputado à Assembleia da República, mas por se entender que fazia mais sentido fazer as Sessões no princípio ou no fim de uma semana de trabalho. -----

----- Mas desejava dizer ainda ao Deputado Municipal Ferreira Pereira que a proposta inicial do PS até foi que as reuniões se realizassem à noite, não era para segunda-feira à tarde ou terça-feira à tarde e, portanto, não era por comodidade de alguém enquanto Deputado à Assembleia da República. -----

----- E não percebia, iriam desculpar, porque era que a Assembleia Municipal perdia dignidade – e agora estava a dialogar com o amigo e ex-Presidente da Assembleia Municipal, Modesto Navarro – se as reuniões fossem à noite. Que soubesse, era a única assembleia municipal do País a fazer as suas reuniões à tarde. Por exemplo, no Porto faziam-se à noite! -----

----- Compreendia o argumento de que isso iria pesar no orçamento municipal por haver mais horas extraordinárias, argumento que teria a ver mais com os funcionários e não tanto com os Deputados Municipais enquanto políticos, mas também se podia usar o argumento de que a economia do País, os postos de trabalho, as empresas, até beneficiavam porque não havia necessidade de isenção de horário nas empresas. Não havia na Assembleia Municipal apenas Deputados da Assembleia da República, havia também pessoas de empresas, com o ordenado pago pela entidade patronal e, se calhar, até a produtividade poderia aumentar mais um bocadinho. Isto é, para argumento havia sempre um contra-argumento. -----

----- Disse que o PS tinha proposto que as reuniões se realizassem à noite, à segunda ou terça-feira, mas estava naturalmente disponível para entrar numa solução de consenso, e proposta mais consensualizada que surgira na reunião da Conferência de Representantes foi que em vez de ser à terça-feira pudesse ser à sexta-feira à tarde. ----

----- Se o problema das sextas-feiras à tarde seria partir um pouco mais cedo para fim-de-semana, que desculpassem a crueza do diálogo mas a verdade era que todos eram políticos eleitos, ou na Assembleia Municipal, ou na Assembleia da República, e se

aceitavam ser eleitos não fazia sentido evitar a sexta-feira para ir de fim-de-semana mais cedo. -----

----- Portanto, o PS estava disponível para aceitar qualquer solução, inclusive até a continuidade às terças-feiras se assim fosse decidido, mas tinha todo o direito de apresentar uma sugestão alternativa, que era mais lógica, e o mais lógico era que fosse no princípio da semana, segunda-feira à tarde. A sexta-feira à tarde foi uma alternativa proposta na Conferência de Representantes, porque à segunda-feira à tarde também havia impedimentos de outras pessoas, mas a proposta original do PS era para reunir à noite. E não entendia que a Assembleia Municipal perdesse dignidade por reunir à noite, nem lhe parecia que houvesse problemas logísticos que impedissem essa reunião. Teriam jantar mais cedo para a Assembleia começar às 19 horas e quem fosse à Conferência de Representantes teria que se organizar, quem queria ser líder também tinha que se sujeitar a alguns sacrifícios extra nessas coisas. -----

----- Desejava que ficasse clara a disponibilidade do PS para qualquer solução, mas a data não era uma questão tabu que não se pudesse discutir. Podia-se sempre discutir e era isso que se estava a fazer. Só esperava que essa discussão se fizesse com sentido de responsabilidade e com urbanidade entre todos, porque todos trabalhavam e puxavam para a frente pelo País, fosse qual fosse o lugar em que estavam. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, em nome do Grupo Municipal do PSD, felicitou a Sra. Presidente e a Mesa pela sua eleição, desejando os maiores sucessos na condução dos trabalhos, para o que contaria, seguramente, com todo o apoio, não só do PSD, como, estava certo, das restantes bancadas da Assembleia Municipal. -----

----- Dirigindo-se à Câmara, deu conta do apoio crítico mas leal, frontal mas exigente, que o PSD faria na Assembleia Municipal. -----

----- Depois, agradeceu à Deputada Municipal Maria de Belém o facto de ter recuperado o púlpito anterior, de onde fazia mais sentido falar porque o faziam olhos nos olhos com todos e não de costas para a Mesa, que era quem coordenava os trabalhos do órgão representativo da população de Lisboa. -----

----- Em relação ao ponto em discussão, disse que lhe parecia que os argumentos estavam um pouco descentrados do essencial. Questões de representatividade, de dignidade, de importância, de relevância, ninguém punha em causa a importância do órgão de soberania Assembleia da República, nem do órgão autárquico Assembleia Municipal de Lisboa. Aquilo que os devia preocupar, nessa matéria de decisão quanto ao dia melhor para reunir, era o que melhor podia garantir condições para a Assembleia Municipal e para os seus Deputados participarem, intervirem e colaborarem na condução dos destinos de Lisboa. Isso era o que devia presidir à decisão e nessa matéria o PSD não tinha posições fechadas. -----

----- Ou seja, a terça-feira era um dia que desde há já bastante tempo estava institucionalizado, mas não era imutável. No entanto, havia que ponderar os inconvenientes e incómodos que para um conjunto alargado de Deputados Municipais, que não sendo Deputados na Assembleia da República, podia justificar a mudança de dia. Falava, por exemplo, nos Presidentes de Junta, que teriam os seus

dias de reunião pública e de assembleias de freguesia, pelo que havia que ponderar tudo isso, para que se pudesse ter uma decisão que não significasse a certa altura que os Deputados da Assembleia da República podiam estar presentes e outros eleitos directos ou Presidentes de Junta não. -----

----- Haveria que ter alguma cautela e conseguir, tanto quanto possível, ouvir todos os representados, para que a decisão tomada fosse o mais consensual possível. -----

----- Desde já adiantava que a sexta-feira lhe parecia um péssimo dia, e isso não tinha a ver com o facto de saírem pessoas mais cedo, porque também às terças-feiras isso acontecia e todos em todas as bancadas havia esses problemas. Mas à sexta-feira, por definição, sabia-se que à tarde as pessoas começavam a sair de Lisboa para passarem o fim-de-semana nas suas terras, nos sítios onde tivessem outras áreas de lazer. Portanto, a sexta-feira era um mau dia, mas todos os outros dias poderiam estar em aberto desde que se encontrasse a melhor solução para garantir maior participação dos Deputados Municipais. Sobretudo, agora desculpariam, por força do estatuto de quatro ou cinco Deputados Municipais que também, em simultâneo, eram Deputados na Assembleia da República, não se podia pôr em causa a dinâmica e a vida própria de outros 103 ou 104 Deputados Municipais, não Deputados na Assembleia da República. -----

----- Era uma questão que ficaria de alguma forma em aberto, para ser decidida o mais consensualmente possível. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que na sequência da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, realizada no passado dia 3 de Novembro, o PEV confirmava agora a sua posição sobre o agendamento das Sessões da Assembleia Municipal, assumida então na referida Conferência. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PEV manifestava alguma indisponibilidade para os dias alternativos entretanto sugeridos e reafirmava o seu interesse na manutenção das reuniões da Assembleia Municipal à terça-feira, por motivos não apenas de organização partidária, mas também por, até ao presente, ter sido a data mais consensual. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, no uso da palavra, disse que desde que existia Poder Local Democrático e desde que existia Assembleia Municipal de Lisboa, todas as ideias podiam ser expressas no Parlamento da Cidade, desde que com urbanidade. -----

----- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Ferreira Pereira, disse que este tinha expressado dúvidas sobre o trabalho desenvolvido na Assembleia da República e, conseqüentemente, o da Deputada Municipal Maria de Belém Roseira, que acumulava como Deputada da República. O Deputado Municipal Ferreira Pereira lá sabia do que falava, porque se fosse à Assembleia da República encontraria lá sempre a Deputada Maria de Belém Roseira, com a sua obrigação de trabalhar, e trabalhava! O Deputado Municipal Ferreira Pereira devia ter uma experiência negativa dos Deputados do seu agrupamento político, mas isso era um problema seu, que os pusesse na ordem e os obrigasse a estar lá. -----

----- Portanto, podiam ser alterados os dias das reuniões desde que respeitassem as ideias de cada um e tivessem a urbanidade de dizer que se calhar já estavam habituados à terça-feira, e por isso era melhor manter esse dia. Talvez à noite fosse melhor, mas prejudicava com certeza as mães e os pais que depois do trabalho iam para zonas distantes da cidade e teriam que regressar para expor as suas ideias na Assembleia Municipal, e isso seria difícil. Mas também, por outro lado, outros diriam que era mais fácil. -----

----- Parecia-lhe que o assunto deveria ser pensado com respeito por todos e todas, e não era hoje que se chegaria a um acordo, já percebera isso. O melhor seria que estivessem sempre todos, porque também dizia aos Deputados Municipais novos que na Assembleia Municipal sempre tinha criticado os Deputados, quer do seu partido, quer das outras bancadas, quando chegavam, assinavam e iam embora, mesmo à terça-feira. Portanto, havia quem não cumprisse, mesmo sendo à terça-feira! Quem não cumpria não cumpria mesmo, independentemente do dia. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, perguntou à Deputada Municipal Ana Sara Brito onde é que tinha posto em causa a actividade da Dra. Maria de Belém Roseira, porque não lhe tinha passado pela cabeça pôr em causa o trabalho de ninguém. O que dizia era que a Assembleia Municipal tinha a sua vida própria. Pessoalmente, era-lhe indiferente o dia que escolhessem, porque era certo que as pessoas trabalhavam mas ele já sabia ao que vinha quando se candidatou à Assembleia Municipal, e não ia agora defender com a sua actividade pessoal o horário que mais lhe convinha. -----

----- **O Deputado Municipal Henrique de Freitas (PSD)**, no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Ferreira Pereira não teria nenhuma antipatia pelos Deputados da Assembleia da República pelo facto dela ser Assembleia da República, mas não podia deixar de pedir a palavra porque “quem não sente não é filho de boa gente”. -----

----- No seu caso, é Deputado à Assembleia da República com muita honra, e não gostava que os representantes da Nação Portuguesa fossem ali denegridos quando a expressão utilizada pelo Deputado Municipal Ferreira Pereira era de que não trabalhavam à segunda nem à sexta-feira por causa do fim-de-semana. Isso não era verdade. A Assembleia da República funcionava em plenário à quarta, quinta e sexta-feira e em comissões à terça, e todos os Deputados que eram de Vila Real, Bragança, Algarve ou Alentejo tinham um dia para contacto com o eleitorado. Era assim que funcionava a Assembleia da República e não gostava dissessem que não trabalhava à segunda e à sexta-feira por causa do fim-de-semana. -----

----- Portanto, o Deputado Municipal Ferreira Pereira não tinha ofendido apenas a Deputada Maria de Belém, tinha ofendido todos os Deputados. -----

----- Disse, depois, que pelas intervenções produzidas e pelos contactos com os vários colegas, parecia-lhe indiscutível que reunir durante a tarde de qualquer dos dias era um problema. Uns porque eram Deputados, outros porque tinham outras actividades, todos trabalhavam. A solução mais correcta parecia-lhe a da noite, até porque tinha ideia de que devia ser a única assembleia municipal a reunir à tarde, mesmo a do

Porto reunia à noite e não perdia prestígio por causa disso. Talvez fosse mais incómodo, mas prejudicava menos a vida profissional de cada um, que não tinha que ser vista por serem Deputados na Assembleia da República ou não, até porque ali estavam todos em igualdade de circunstâncias, eram todos Deputados Municipais. ----

----- **O Deputado Municipal Coelho da Silva (PSD)** Presidente da Junta de Freguesia da Pena, no uso da palavra, disse que lhe parecia que se estava a raciocinar em binário, porque havia duas teses de certo modo antitéticas e não se pensava noutros cenários. E, a propósito disso, parecia que também já se abria uma barragem de artilharia, e, sem entrar em discursos e táticas militares, entendia que só se abriam barragens de artilharia quando havia inimigos à vista, o que também ajudava a poupar munições. -----

----- Disse que eram muito respeitáveis as razões evocadas pelos Deputados à Assembleia da República e a solução seria de conciliar todos os interesses em presença, de molde a que o trabalho político saísse no fim optimizado. Parecia-lhe que essa seria a solução mais sensata. -----

----- Portanto, tinham que se listar todas as hipóteses possíveis. A segunda-feira, por razões que lhe pareciam óbvias, era de excluir. A terça-feira, por razões que já tinham sido adiantadas, defendidas e justificadas, também era de excluir. À quarta-feira também haveria razões culturais para a excluir. Trabalhar à noite criava problemas que já tinham sido adiantados, especialmente em relação às mulheres. A sexta-feira também parecia de excluir, por razões também culturais e não práticas, como dizia o Deputado Municipal Modesto Navarro, estava inserto na cultura. Restava a quinta-feira. E então perguntava porque era que não se considerava a quinta-feira? Seria porque, como dizia o Augusto Gil, era um erro fazer anos à quinta-feira? -----

----- Era essa questão que queria pôr ao Plenário! Porque é que não se considerava a quinta-feira à tarde para fazer os plenários? -----

----- **A Senhora Presidente** apelou a alguma contenção, até porque a matéria, como se sabia, estava para discussão – sobre isso diria uma palavra no final das intervenções – mas não era para votação. Portanto, fazia um apelo visto existirem ainda dois pontos na Ordem de Trabalhos. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que a discussão ficava difícil em Plenário porque quando se tinha que discutir o dia para encontrar todos os Deputados, os Vereadores e os funcionários, começava-se a discutir as agendas e os interesses pessoais, quando o que se tinha que discutir eram os interesses da Assembleia Municipal e as condições para ela se dignificar com o trabalho que tinha de ter o órgão de controlo efectivo da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A posição do BE, já expressa na Conferência de Representantes, era de que se devia encontrar a altura melhor para que todos os Deputados Municipais pudessem ter o máximo de condições para participar nas Sessões e para estarem de corpo inteiro a discutir e a decidir o que entendessem. E, nesse sentido, referiram que para o BE o argumento da terça, da quarta, ou da quinta-feira – ou o argumento do orador anterior que parecera não ter ouvido o que disse o seu colega de partido Deputado Municipal Henrique Freitas – era um argumento que tinha a ver com o facto concreto de haver

vários Deputados Municipais que também era Deputados na Assembleia da República e, portanto, não podiam estar em dois sítios ao mesmo tempo. Então, ficava a segunda ou a sexta-feira à tarde. -----

----- Mas o BE não estava de acordo com a proposta das reuniões serem à noite. Para além das razões já aduzidas, repetia uma razão que era de peso na situação que atravessava o Município, que era um problema de custos. Reunir a Assembleia Municipal à noite significava para os Deputados Municipais rigorosamente o mesmo, mas significava que todos os serviços da Assembleia Municipal teriam que trabalhar à noite, todos os funcionários, ou seja, haveria custos de horas extraordinárias até às oito e depois subsídio de trabalho nocturno. Significava, ainda, que os Srs. Vereadores, nomeadamente os que tivessem pelouros, e os Deputados Municipais estavam para os controlar e para lhes pedirem as suas satisfações, iriam querer ter os seus serviços abertos porque, ao serem-lhes colocadas questões concretas, pediriam aos seus assessores para ligarem aos seus gabinetes a perguntar por respostas aos problemas com que fossem confrontados. Portanto, seriam mais pessoas dos serviços da Câmara a terem que estar em serviço à noite. Isso significava custos para a Câmara que não faziam sentido. -----

----- Já tinha ouvido o argumento de que todas as assembleias municipais do País reuniam à noite, mas a Assembleia Municipal de Lisboa, ainda a Lei das Autarquias dizia que o público falava no fim da Ordem de Trabalhos, já tinha posto o público a falar antes da Ordem de Trabalhos. -----

----- A Assembleia Municipal não tinha culpa que a Lei das Autarquias pusesse Lisboa a funcionar rigorosamente ao mesmo nível que uma assembleia municipal de qualquer outro concelho do País, que por maior respeito que houvesse por essas pessoas, não tinham seguramente, como houve por exemplo em Junho na Assembleia Municipal de Lisboa, cinco plenários num mês, cada um com cinco horas. Reunir cinco vezes num mês à noite ainda teria mais um problema, porque havia forças políticas distintas, partidos que teriam funcionários numa série de sítios e que teriam capacidade para poderem estar libertos à noite para estarem na Assembleia Municipal, mas no caso do BE isso era muito complicado porque a maioria das noites eram feitas para a militância, para as reuniões políticas com os camaradas do partido. No entanto, essa seria uma questão particular que não impediria as reuniões à noite. -----

----- Podia ser auscultada toda a gente, mas cada um traria o problema da sua agenda pessoal e, portanto, o problema teria que passar para sede de Conferência de Representantes, para aí haver um consenso. Era a única hipótese, ou os 107 Deputados Municipais teriam as suas opiniões pessoais e seria difícil chegar ali a um consenso. --

----- **A Senhora Presidente** referiu que a Mesa já enfatizara não se tratar de uma alienação de competências, mas sim de auscultar o sentir dos Srs. Deputados Municipais, embora, se lhe permitissem, a Mesa também não podia deixar de fazer presente que não havia um direito adquirido às terças-feiras, como não havia um direito adquirido às quintas ou às sextas-feiras. Parecia à Mesa que o último argumento que podia ser invocado na discussão, os Srs. Deputados Municipais teriam

as opiniões que quisessem, era o direito ao lazer. Mas havia outros conflitos de situações que, como compreenderiam, se sobrepunham claramente ao direito ao lazer. -
----- Portanto, voltava a apelar à contenção dos Srs. Deputados Municipais para que pudessem terminar o tema. Todos tinham já entendido o que se pretendia mas, como compreenderiam, o conflito de deveres de alguém que tinha que cumprir dois mandatos distintos teria que ser mais atendível, por uma questão óbvia, do que o direito ao lazer das sextas-feiras à tarde, que de resto seria certamente um direito próprio de poucos privilegiados. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, novamente no uso da palavra, depois de recordar que dissera desprestigiante, entre aspas, disse que havia muitas assembleias que reuniam à tarde. Aliás, esteve nove anos numa assembleia municipal em Trás-os-Montes que reunia à tarde, e quando em 1985 veio para a Assembleia Municipal de Lisboa ela também já reunia à tarde. -----

----- Disse que em Conferência de Representantes tinha sido considerada a questão de reunir à noite. A questão de voltar atrás passando da tarde para a noite podia ser entendível, mas o mais importante era ver a questão dos custos, a questão dos transportes em Lisboa e alguma questão de segurança. O PCP tinha manifestado abertura para a sexta-feira e, se fosse essa a decisão, os Deputados Municipais do PCP não abandonariam a Assembleia Municipal às cinco ou seis horas da tarde, embora se tivessem visto Deputados Municipais que chegavam, assinavam e pouco depois iam embora, outros iam quando lhes apetecia e deixavam a Assembleia sem *quorum*. No entanto, se todos soubessem assumir essa responsabilidade, a solução da sexta-feira era aceitável como segunda hipótese para o PCP, já que pela análise feita das condições de trabalho a terça-feira continuava a ser a primeira hipótese. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Andrade (CDS/PP)**, no uso da palavra, disse que o seu Grupo Municipal tinha uma posição calma e serena sobre essa matéria. Para o CDS/PP era importante haver um amplo consenso. Havia vantagens e desvantagens em cada uma das datas e quanto a ser de manhã, de tarde ou à noite, mas uma coisa teria também que ser tida em consideração, que era o facto de terem sido eleitos pela população de Lisboa e terem algumas responsabilidades. Portanto, teriam que acatar a decisão que saísse da Assembleia. -----

----- Não tinham nada contra a terça-feira à tarde mas, se essa tradição fosse alterada, viam com bons olhos a sexta-feira à tarde, porquanto não era argumento sair-se mais cedo para o fim-de-semana. Mas essa decisão deveria ser também tomada na Conferência de Representantes. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, começou por saudar a Sra. Presidente, acrescentando que ficava muito satisfeita por ser uma mulher a presidir ao Parlamento da Cidade, saudando igualmente os membros da Mesa, da Câmara Municipal, os colegas da Assembleia e os trabalhadores dos Serviços de Apoio. -----

----- Depois, tentando ser pragmática, disse que ia apresentar alguns elementos para uma reflexão colectiva mas, antes de disso, perguntava ao Deputado Municipal Coelho da Silva se teria alguma coisa contra as mulheres, nomeadamente as mulheres

presentes, porque quando falou da noite tinha questionado as mulheres. Parecia-lhe que a vida familiar era composta por homens e mulheres, as crianças são filhos de homens e mulheres, portanto as responsabilidades familiares também seriam de homens e mulheres. Não era por aí que a questão da noite se colocava às mulheres, ela era de homens e de mulheres. -----

----- Tratava-se efectivamente de encontrar um consenso e já estava visto que seria na Conferência de Representantes que se iria conseguir esse consenso, mas desejava introduzir alguns elementos que tinham sido apreciados no seu Grupo Municipal, e também de ordem pessoal. -----

----- A si, segundo disse, não lhe fazia confusão nenhuma trabalhar à noite, há mais de 25 anos que fazia vida associativa em regime de voluntariado e trabalhara sempre à noite, porque a sua profissão era exercida de dia. Hoje continuava a trabalhar de dia e à noite fazia voluntariado nas várias associações a que pertencia, e na Assembleia Municipal também o podia fazer. Portanto, não era esse o problema. -----

----- O que se colocava era o facto de responder à questão colocada entre todos, para a qual teriam que encontrar, obviamente, o mínimo de prejuízo para quem estivesse a trabalhar, fosse Deputado na Assembleia da República, fosse na empresa, fosse como dirigente sindical, que era o seu caso, fosse noutra profissão qualquer. Eram todas dignas de respeito. -----

----- A noite trazia um problema que não se podia descurar, que já fora abordado ao de leve mas que devia ser considerado. À noite era mais complicado as populações irem à Assembleia Municipal, nomeadamente por causa dos transportes. Não havia uma capacidade de transportes e nem toda a gente teria carro para ir ao Parlamento da Cidade. -----

----- E também a questão da segurança tinha que ser tratada, ela já vinha a ser tratada ao longo do tempo, mas teria que se olhar com muita atenção para essa matéria. -----

----- Esses eram problemas que se levantavam e que teriam que ser levados em linha de conta, mas remetia a questão para a Conferência de Representantes, que decidiria em consenso. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que o debate já foi esclarecedor, de facto era impossível obter consensos sobre essa matéria, pelo que, depois de auscultada a Assembleia, desejava dizer, em nome do PS, que confiava no alto critério da Sra. Presidente e numa proposta que pudesse apresentar na Conferência de Representantes. O PS estaria seguramente solidário com ela. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que estava encerrado o debate sobre esta questão. A Mesa tomara boa nota e decidiria, nos termos regimentais, em consonância com a Conferência de Representantes. -----

----- Referiu que havia ainda dois pontos da Ordem de Trabalhos, o ponto 3 que era uma matéria sobre a qual com certeza os Srs. Deputados Municipais queriam intervir, e no ponto 4 havia uma eleição, pelo que, se o Plenário não se opusesse, a eleição decorreria enquanto se discutia o ponto 3. -----

----- Para esse efeito, havia uma proposta apresentada na Conferência de Representantes pelo Grupo Municipal do PSD, que apresentava como candidato o Sr. Presidente de Junta, Nuno Roque. A votação teria que ser por voto secreto, pelo que pedia aos membros das várias forças políticas que indicassem escrutinadores. Os escrutinadores indicados eram os Deputados Municipais Nuno Ferro, Maria da Graça Ferreira e Maria de Lurdes Pinheiro, mas perguntava se as outras forças políticas queriam participar no escrutínio. -----

----- Obtida a concordância, convidou os escrutinadores já indicados para, em articulação com o Segundo Secretário da Mesa, prepararem o acto eleitoral. -----

----- **PONTO 3 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A INICIATIVA PROPOSTA PELA MESA, A TOMAR PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, JUNTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, SOLICITANDO A AFECTAÇÃO DE MEIOS PARA APOIO AOS GRUPOS MUNICIPAIS.** -----

----- PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO -----

----- “Às Assembleias Municipais está cometido um amplo conjunto de competências em díspares e exigentes matérias, designadamente no âmbito regulamentar e fiscalizador. -----

----- O cabal exercício das funções das assembleias municipais não dispensa, na complexidade que caracteriza as sociedades hodiernas e das questões em que é chamada a pronunciar-se, o necessário apoio técnico ao processo de formação das deliberações. -----

----- Do que acima se expôs decorre, ainda, a necessidade de otimizar os recursos existentes, com recurso às novas tecnologias. -----

----- Assim, -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa, como órgão com competências fiscalizadoras da Câmara Municipal de Lisboa, vê plenamente justificada a necessidade da dotação dos Grupos Municipais com meios materiais e humanos necessários ao exercício das suas atribuições; -----

----- Considerando o teor da reunião efectuada pela Mesa e representantes dos Grupos Municipais, no passado dia 3 de Novembro de 2005, onde a questão da afectação de recursos para apoio à deliberação foi discutida de forma consensual; -----

----- Considerando que é desejável, possível e necessário dar novos passos qualitativos na organização e funcionamento da Assembleia Municipal, sem aumento de encargos para o orçamento municipal; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida na sua sessão extraordinária, de 22 de Novembro de 2005, delibera: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa a afectação de apoio técnico aos Grupos Municipais, devendo cada Grupo Municipal ser dotado de um número de três técnicos, a afectar do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- 2. Em casos excepcionais, em que não seja possível recorrer ao pessoal do Quadro da Câmara Municipal de Lisboa, devidamente fundamentados pelo Grupo Municipal proponente, o apoio técnico poderá ser objecto de contrato de prestação de

serviços, determinando o recurso a este meio contratual a diminuição do número mínimo de elementos a afectar do quadro da Câmara, na proporção solicitada; -----
----- 3. Para além do disposto no n.º1, os Grupos Municipais que integrem um número igual ou superior a dez deputados municipais, disporão de apoio acrescido de um técnico por cada dez deputados.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que era uma proposta da Mesa depois de ouvir da Conferência de Representantes ter debatido a questão. -----

----- A Mesa entendera, desde o início, que o processo evolutivo de dignificação da Assembleia Municipal passava também por um processo de apoio e de conhecimento à decisão e à deliberação. Nesse sentido, não se compreendia porque era que um parlamento municipal com esta dimensão e com a complexidade de questões que tinha que discutir, não tivesse o apoio técnico necessário para formar essa decisão. Isso não acontecia assim, tanto quanto a sua curiosidade lhe levava a inquirir junto de parlamentos municipais em sede de direito comparado, não fazia nenhum sentido que assim fosse e de facto isso era necessário. -----

----- A proposta que estava em discussão tinha sido vista com a Conferência de Representantes, depois de se ter feito presente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que se iria solicitar esse apoio. Podia dizer que tinha havido da parte do Sr. Presidente da Câmara um grande acolhimento e uma grande compreensão na apresentação de um caderno de encargos, sendo que era o primeiro dia do resto da vida dos cadernos de encargos que a Assembleia Municipal iria com certeza ter que apresentar para potenciar a sua dignificação e melhorar as condições de trabalho. -----

----- Numa próxima reunião voltariam à questão dos espaços, mas essa era uma outra questão. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que esta era uma matéria que estava já em cima da mesa na anterior Conferência de Representantes e via com prazer o facto da Sra. Presidente ter tomado em mãos a apresentação de uma proposta para um suporte de assessores a cada Grupo Municipal. Na altura, quando viram esta matéria na Conferência de Representantes, apontaram um número inicial de três assessores por cada Grupo Municipal, e nesta proposta, subscrita pela Sra. Presidente e pelos Srs. Secretários, vinha aduzido um ponto 3 em que se falava de mais um assessor por cada 10 eleitos em cada Grupo Municipal. -----

----- O PCP manifestava o seu apoio à iniciativa, o apoio à criação de condições no edifício para que as Comissões da Assembleia Municipal pudessem de facto funcionar, para que os Grupos pudessem ter melhores condições de trabalho, mas, para além do acordo de princípio à proposta, desejava deixar alguma preocupação no sentido de não alargar agora imenso, no caso de alguns Grupos Municipais, um suporte de assessores. Importava cuidar dessa questão crescentemente e ter em conta, à partida, a situação das Comissões, as condições de trabalho e as necessidades de apoio, de secretariado, etc.. -----

----- Portanto, o PCP não estava contra a proposta, chamava apenas a atenção para o equilíbrio e para a necessidade de, a par do apoio técnico superior aos Grupos

Municipais, cuidar também de um apoio ao nível de secretariado e também técnico e administrativo às próprias Comissões da Assembleia Municipal. -----

----- **A Deputada Municipal Maria de Belém (PS)**, no uso da palavra, disse que o Grupo Municipal do PS se regozijava com a iniciativa da Sra. Presidente, dando o seu apoio absoluto à proposta, e, sobretudo, sublinhava o facto dela ser encontrada não através de aumento da despesa para o funcionamento do órgão, mas sim utilizando os recursos humanos da Câmara e também o seu *know-how*. Era muito importante, quando se estava num órgão como a Assembleia Municipal, que necessitava de apoio à decisão, que se contasse com quem tinha conhecimento da instituição para enriquecer o seu contributo também através dessa experiência. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que como o BE não tinha uma visão sectária e fechada da vida, quando vinham propostas e sugestões de outras forças políticas, mesmo daquelas com quem se tivesse sérias divergências, ou de responsáveis dessas propostas, o que o BE olhava era para o seu conteúdo, não as rejeitando, tal como há pouco os Deputados Municipais tinham decidido rejeitar, metendo a cabeça na areia como se não houvesse problemas nos bairros sociais de Lisboa. Assim fosse, que era tão bom! -----

----- Portanto, em nome do BE, saudava a atitude da Sra. Presidente pela sugestão que fez. A proposta vinha trazer aquilo por que o BE tinha lutado ao longo de muitos anos na Assembleia Municipal, ou seja, dignificar a Assembleia e dar condições para que os Deputados Municipais soubessem o que estavam a votar e a discutir e que a Assembleia deixasse de ser um mero sítio de repercussão daquilo que se passava na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Criar condições para os Deputados Municipais trabalharem em consciência era um acto positivo e dignificador da Assembleia. -----

----- Muito obrigada Sra. Presidente pela sua Proposta, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que o PEV também ficava muito satisfeito com a proposta feita pela Sra. Presidente. Os grupos pequenos, principalmente, tinham tecnicamente muita dificuldade em acompanhar dada a quantidade de propostas a dividir pelos representantes do Grupo, e por isso tinha algumas reservas em relação ao ponto 3 da proposta, mas não era por isso que a inviabilizariam. -----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu que a Mesa, quando elaborou a proposta, sabia existirem Grupos Municipais muitos restritos, que ficariam com um número de apoio técnico porventura até excedente ao próprio, mas até isso fazia sentido porque era intenção da Mesa fomentar a participação dos Srs. Deputados Municipais em todas as Comissões. A Mesa gostaria de propiciar o envolvimento de todos os Srs. Deputados Municipais nas Comissões e era com essa intenção, da necessidade de reforçar as Comissões e de preparar o apoio ao funcionamento das mesmas, que esta proposta foi apresentada. -----

----- Disse que, face às dúvidas lançadas em torno do ponto 3 da proposta, a Mesa não via nenhum inconveniente em retirar esse ponto da proposta, para que dúvidas não restassem. Como dizia António Machado, um poeta de que gostava, não tanto

ultimamente e não tanto pelo poeta, mas pelo contexto em que era citado, “o caminho faz-se caminhando”. -----

----- Portanto, a Mesa retirava o ponto 3 da proposta e, se não houvesse mais intervenções, passariam à sua votação. -----

----- Entretanto, antes proceder à votação desta proposta, interrompeu os trabalhos para que fosse concluída a votação que, por escrutínio secreto, vinha decorrendo em paralelo com o andamento dos trabalhos do Plenário. -----

----- Na reabertura dos trabalhos, a **Senhora Presidente** submeteu à votação a proposta referente ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos, com a alteração introduzida, isto é sem o número 3 da parte deliberativa, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- **PONTO 4 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO N.º 2 DO ARTIGO 6º DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES.** -----

----- **A Senhora Presidente** anunciou os resultados da votação por escrutínio secreto, que entretanto, conforme foi anunciado, decorrera em paralelo com a apreciação do ponto 3: -----

----- Votos a favor	50	-----
----- Votos contra	14	-----
----- Votos de abstenção	22	-----
----- Votos nulos	8	-----

----- Face ao resultado desta votação, proclamou eleito o Sr. Deputado Municipal Nuno Roque, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, para representar a Assembleia Municipal de Lisboa na Associação Nacional de Municípios Portugueses, a quem deu os parabéns e apresentou votos de felicidades. -----

----- Seguidamente agradeceu a presença de todos e disse que no dia 12 haveria uma Assembleia Extraordinária para efeitos de eleição para a Assembleia Metropolitana, que seria uma reunião com um carácter um pouco especial. O processo eleitoral decorreria das 10 às 17 horas. A eleição teria que ser realizada nesse dia. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 19 horas e 40 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário,

----- A PRESIDENTE -----

i